



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Ana Carolina Fernandes de Lima

**“EU NÃO TENHO TEMPO PARA ISSO, EU PRECISO SOBREVIVER”:
A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA**

Rio de Janeiro
2021

Ana Carolina Fernandes de Lima

**“EU NÃO TENHO TEMPO PARA ISSO, EU PRECISO SOBREVIVER”:
A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção de grau de curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profª Drª Patrícia Raquel Baroni

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Patrícia Raquel Baroni

UFRJ

Profª Drª Deise Guilhermina da Conceição

SME - RJ

Profª Drª Rita de Cássia Oliveira

UFRJ

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos sujeitos subversivos que estão em processo de emancipação social e aos corpos de pretos, pretas e pretes que sobrevivem e que conscientemente ou não buscam compreensão e visibilidade de suas dores diárias.

AGRADECIMENTOS

Acho que antes de tudo tenho que agradecer a mim, por não desistir desse caminho que escolhi seguir, por aceitar o autocuidado e o lugar que ocupo.

Agradeço aos meus pais: minha mãe Dona Andreia (não contem para ela que a chamei de dona) que sempre esteve comigo, em cada perrengue, em cada riso; meu pai, Seu Waldecy, que me apresentou a todo tipo de literatura, que atendia às minhas vídeochamadas de choros e afogamentos em emoções e que me falou sobre injustiças e passado.

Às minhas mulheres poderosas: Ana Lúcia, minha avó, que sempre está lá quando preciso e que semeou sua força em cada pessoa de minha família; Ana vitória, minha irmã, que nunca me abandona e que sempre me responde se eu pergunto, ela tendo a resposta ou não e que me permitiu estar com ela em cada descoberta sobre si; Valci, minha avó, que nunca deixou de se orgulhar por cada passo que eu dava .

Aos meus irmãos: Gabriel e Fábio, que se fizeram presente na forma que conseguiram e às vezes até mais (geminianos, né?).

Aos demais membros da minha família que tentavam responder de alguma forma sempre que eu interagía ou questionava.

Um grande agradecimento à Patrícia Baroni, que além de orientadora, é uma amiga a qual não me imagino sem. Me ajudou em processos de cura e crescimento que eu nunca imaginei passar, sempre pegando na mão, mas também sendo limão quando preciso.

Ao meu casal de amigos Heinrich e Aline, que sempre estavam me apoiando e enaltecendo, por mais que eu acreditasse que a academia não fosse para mim.

Às “minhas flores” do grupo “Ecologias da Fofoca”: Barbara, Ilana e Rithianne. Amigas que a Universidade me deu e que a vida jamais vai me tirar. Ao Luciano e ao Leonardo, que me ouviam, me esperavam e me acalentavam.

Aos grupos de pesquisa “ConPas” e “Ecologias do Narrar”, que me mostraram a riqueza da pesquisa narrativa. Em especial a professora Graça Reis, um ser humano maravilhoso que agradeço a Deusa por ter posto no meu caminho.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem este espaço não teria encontrado a pesquisa que estou iniciando, a vontade de ser pedagoga e os processos para emancipação social e autoconhecimento.

E por último, mas não menos importante, a Ancelmo e Paulo, que eram homens rígidos, mas que me amaram e me ensinaram que ler e imaginar também fazem parte de mim e que me transformariam para sempre. Sinto saudades...

Ubuntu

*Nós
Eu e tu
Somos uma só voz
Somos "bantu"
Entre todos, diversos
Se sozinhos diminutos
Somos controversos
De vários atributos
Nunca sós, rima e versos
Desigual nunca absolutos
Seremos se formos
Na vida, afetos são frutos
"Eu sou porque nós somos."
Amor e amado, serão condutos...*

Luciano Spagnol

RESUMO

LIMA, A. C. F. **Eu não tenho tempo para isso, eu preciso sobreviver:** a saúde mental da população negra. Rio de Janeiro, 2021. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar as narrativas de três pessoas pretas sobre suas experiências com as marcas geradas pelo racismo, produzindo reflexões acerca das cicatrizes produzidas nesta população exposta cotidianamente ao racismo estrutural. Parto do princípio de que as atitudes racistas geram traumas que se refletem na saúde mental das pessoas pretas. Para esta pesquisa, a reflexão de que a saúde mental da população negra é um assunto individual e ao mesmo tempo, compartilhado, requer um caminho metodológico que permite ouvir todas as nuances das experiências dos sujeitos. Por isso, a pesquisa é desenvolvida pela trilha metodológica possibilitada pela metodologia de conversas, pela pesquisa narrativa e pelo uso na narrativa autobiográfica. Tendo como ponto de partida, minha experiência pessoal com o racismo, inicio conversas com autores que dialogam acerca do racismo estrutural, do racismo cotidiano e da interseccionalidade. Convido também três *praticantes-pensantes* que compartilharam suas histórias, enfrentamentos e silenciamentos, trazendo para a pesquisa a reflexão necessária no que tange à saúde mental da população negra. Como conclusões, coloco que o fenômeno do racismo em todas as suas concepções é responsável por ceifar povos: quando não o faz fisicamente, atua diretamente na saúde mental dos sujeitos, produzindo patologias psíquicas no âmbito individual e uma coletividade que naturaliza a imagem negativa da identidade preta. Como ferramentas mediadoras de desconstrução dos processos apresentados, cito a conversa solidária, o acolhimento e a narrativa de si.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Saúde Mental. Escrivências. Narrativas. Conversas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Num dia qualquer, todo dia.....	11
Um pouco de tudo, um pouco de mim	17
Nossa produção.....	26
1 CONVERSAS COM QUEM SENTA À NOSSA MESA.....	28
1.1 A pesquisa narrativa.....	28
1.2 A narrativa autobiográfica.....	31
1.3 A metodologia de conversas.....	32
2. CONVERSAS COM QUEM PESQUISA.....	35
2.1 Os conceitos entram na roda.....	35
2.2 A narrativa da história	37
2.3 A narrativa de poder.....	39
2.4 A narrativa da legislação.....	40
2.5 Pauta da conversa: a saúde mental da população negra.....	41
3 CONVERSAS COM QUEM SOBREVIVE.....	44
3.1 O encontro de Ana Lúcia e Conceição Evaristo.....	44
3.2 O encontro de Ana Vitória e Grada Kilomba.....	51
3.3 O encontro de Leonardo e Karla Akotirene.....	56
4 CONVERSAS COM QUEM APRENDE.....	62
4.1 Roda de conversa.....	62
4.2 Terminando as conversas de hoje, pensando nas conversas de amanhã.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho se inicia tecido com muita emoção.

Promovo nele uma conversa que trata da saúde mental da população preta e do *racismo estrutural* (ALMEIDA, 2018). Por muitas vezes, o contato com as produções de autoras pretas (Grada Kilomba, Bell Hooks, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo), me atravessaram de tal forma, que pareciam falar diretamente das minhas emoções, ou das emoções da minha irmã. E, desta forma, como mulher negra, pude enxergar que trazemos muitas semelhanças em nossas trajetórias.

A população negra traz em suas memórias, sejam elas psíquicas e/ou corpóreas, dores, resistências, patologias e negações convencionalmente subestimadas e socialmente produzidas como inexistentes com a renovação diária do racismo estrutural desde o período da escravidão.

Costumo comparar o fenômeno racismo e suas consequências a um iceberg. Creio que grande parte de nossos discursos, trabalhos de pesquisa e análises conscientes acontecem na parte visível do iceberg. A parte submersa e mais profunda deste iceberg me parece a mais difícil de estudar e analisar, justamente por causa de sua invisibilidade e da falta de ferramenta de medição apropriadas. É justamente nessa parte que se encontrariam as consequências também invisíveis do racismo, tais como traumas, feridas, alienações da humanidade, do corpo, da identidade, da autoestima e outros mecanismos que somados têm consequências incomensuráveis na estrutura psíquica das pessoas vítimas do racismo. (MUNANGA, 2015, p.14)

O incômodo com o negacionismo que trata das emoções da população negra e dos muitos sofrimentos experimentados diariamente por essas pessoas me conduziram até essa escrita. Tratar desta temática foi lidar com uma dor que habita em mim, na minha irmã, na minha mãe, na minha avó e em tantas outras mulheres e homens pretos.

O modo de escrever sobre tudo isso também me mobilizou. As perspectivas metodológicas que conhecia até então, não se mostravam caminhos capazes de expressar toda a complexidade que pretendia abarcar nesse tema. Eu desejava a escuta sensível, mas também queria dizer de mim. Eu me interessava pelo escape, pela brecha, pelo não-visto.

Então, ao começar a estudar a pesquisa narrativa e a metodologia de conversas, senti, como dizem por aí, ter dado um *match*¹. Encontrar uma possibilidade metodológica que se dedica ao que é singular, sem distanciar-se desse singular tornando-o exótico, foi como

¹ A expressão “dar Match” vem dos sites de relacionamento, mas, acabou virando uma gíria, para explicar pessoas, objetos e situações que acabam se combinando em uma coisa útil e orgânica.

encontrar um tesouro. Decidi, então, conversar com três pessoas sobre suas marcas derivadas do racismo. Por que três? Pois é um número de potência feminina muito grande².

Essa prosa, portanto, traz narrativas minhas, narrativas das escritoras e escritores que puxam suas cadeiras para se unir à nossa roda de conversa e às narrativas de Ana Lúcia, de Leonardo e de Ana Vitória, que se sentaram conosco para compartilhar experiências que são suas, minhas e nossas.

Antes da roda de conversa, contudo, pretendo mostrar um pouco do percurso que me trouxe até ele. Apresentarei a seguir alguns fragmentos, convidando a você que lê, um mergulho nessa constelação de sensações vivenciadas todos os dias. Estas cenas podem ter um tom de memória, de ficção, de descoberta, de ajuda, de compreensão, muitas possibilidades para pluralidade de sujeitos que somos.

² Desde a tríplice ligada à deusa Hécate e à Deusa mãe Wicca (mulher, senhora e moça) chegando à lei de que tudo que possa fazer (bom ou mal) voltará três vezes para você.

Cena 1: num dia qualquer, todo dia

Acendem as luzes... Você vê?

Quando você é uma “mulher de verdade”? E quando não é?

As cortinas se abrem primeiro neste momento: uma escola pública se mostra no cenário. No canto esquerdo, uma adolescente preta de quinze anos está sentada com um livro na mão. No canto direito, um grupo de meninos brancos estão em uma rodinha fechada rindo, olhando para a menina.

Um deles aumenta o tom de voz:

_Quer dizer que ela queria o Pedro? Vai lá, Pedro! Duvido você aguentar ela!

Risos começam. Não são risadas comuns. São de chacota, de deboche. A menina as conhecia bem.

_Poliana? Poliana? Não liga pra eles. São escrotos!

A voz era de sua melhor amiga que chegou e sentou ao seu lado.

Poliana olhou para cima por um momento. Era sua amiga Clara de mãos dadas com seu novo namorado. Foi quando uma ânsia de vômito invadiu seu estômago. Poliana achava que estava num momento diferente da vida.

Sempre foi maltratada pelos meninos: eles a chamavam de gorda, de baleia, de bola, etc. Mas achou que tinha achado uma confidente, uma alma gêmea que a entendia, sua amiga Clara, que também era gorda. Mas Poliana sabia que sua dor também vinha de outro lugar. Sua amiga, por mais que fosse gorda também, era branca, tinha os cabelos lisos e longos, olhos claros e nariz fino.

As duas se interessaram por uma dupla de amigos. Fizeram cartas e uma foi correspondida... a outra, tornou-se alvo de chacota.

Apesar de muito jovem, Poliana já havia se acostumado a ouvir e a não mostrar que estava chorando por dentro. Sentia-se confusa. As duas eram gordas. O que estava acontecendo?

Poliana assistiu à amiga juntar-se ao grupo de garotos com seu namorado.

_ Você deu sorte. A sua é gorda, mas é bonitinha, pelo menos. Mas o Pedro... para ele sobrou a outra. A sua... ela que é mulher de verdade.

Desde então, Poliana não falou mais sobre nenhum sentimento seu para ninguém, fosse ele de amor, raiva ou alegria. Ela pensava que seria motivo de piadas que a machucariam novamente.

Poliana não sabia, mas ali, naquela escola, além do bullying, ela aprendeu que nunca poderia ser como as outras garotas. Perdera o direito de gostar de alguém, dizer-se interessada e experimentar uma relação afetiva. Ela teria que ser escolhida por alguém, aceitar a opção, talvez amar e talvez não sofrer.



Cena 2: já te mandaram calar a boca?

Troca o cenário.

Gire a cadeira. Sobem as cortinas.

A cena se passa numa sala de aula, com trinta crianças. Em uma cadeira, no meio da turma, Paulo está sentado.

Menino negro, alegre e cheio de energia.

A professora anunciou que iria fazer uma atividade com isopor e tinta. Todos teriam que contribuir.

- Mas todos terão que se comportar para que dê certo, portanto, sem conversas paralelas! Disse ela, separando os materiais.

Paulo estava muito empolgado. Adorava aulas em que não precisava ficar o dia inteiro sentado na cadeira.

As carteiras foram afastadas e os materiais postos no meio da sala. Quando a professora começou a explicar do que se tratava, João e Enzo começaram a conversar. Gradativamente foram levando toda a turma a falar.

- Paulo, fica quieto! A professora aumentou o tom de voz.

O menino a olhou sem entender. Era um dos poucos que não estava falando.

- Paulo, cala a boca e senta aí! AGORA!

Paulo foi ficando triste com aquilo. Assim, a empolgação e interesse pela atividade



foram se perdendo.

Então, o menino começou realmente a brincar, a falar e a jogar com os colegas. Não sabia se estava fazendo de propósito ou se estava inconformado, mas fez.

A professora não parou. Parecia que com a nova atitude de Paulo, o direcionamento de seus gritos só se tornava mais apurado. O mandava sentar, ficar quieto, parar em uma sala repleta de crianças que não paravam.

Quando a atividade acabou e toda a turma foi para o intervalo, Paulo não entendia porque se sentia tão triste e porque não queria falar mais com a professora. Ele ficou quieto pelo resto do dia.

Cena 3: você deve se esforçar mais do que todos

Última troca. Estão prontas, prontos e prontes?

Desce a cortina. Olhe para a escada. Vê a menina? Já disseram que você deve se esforçar mais do que todos?

A menina? Se chama Nina e tem 10 anos. Lindos os cachos dela, não?

O que está fazendo? Não pode tocar no cabelo de uma mulher negra!!!!

Sobe a cortina. Uma turma está no recreio, correndo e pulando no pátio. A professora então chamou por Nina e as duas foram para dentro da sala de aula.



Nina sabia o que era. Ela havia brigado com uma colega de classe.

_Nina, meu amor, você não pode brigar! A professora falou e foi se sentando na cadeira.

_Mas, tia, ela disse que meu cabelo parecia palha de aço! Disse que era duro e ficou amassando meu cabelo! Nina queria chorar, mas sabia que não ia adiantar.

_Meu amor, esse tipo de coisa a gente tem que ignorar, fingir que nem ouviu. Guarda pra você! Senão, a pessoa que ofendeu ganha! Você está dando atenção a ela! Outra coisa: você não pode brigar. Você tem que ser uma das melhores alunas. Tem que melhorar suas notas. Você tem que se esforçar muito! Porque, sabe, você já é negra, né?

Quando o recreio acabou, Nina ficou ao longo das aulas de cabeça baixa. Ela não sabia o que a deixava mais triste: ter o cabelo ridicularizado ou ser tratada daquela forma pela professora. Mas ficou quieta, como queriam, ouvindo a menina que zombou do seu cabelo fazendo piadinhas com outras meninas a respeito dele. Por que elas iriam parar? A professora não diria nada, novamente.

Nina só queria ir pra casa, para perto de sua mãe e da sua irmã que jamais fariam isso pra ela, que diziam o quanto ela era inteligente e bonita. Falavam sempre do quanto seu cabelo era especial e cheiroso, como ela era boa fazendo doces e repetindo falas de livros. Ela só queria sumir dali.

Desce a cortina!

Diga-me você que lê: qual a sua cena?

Como você passou a saber que racismo existia (mesmo sem saber que se chamava racismo)? E se você for uma pessoa branca, já foi uma criança rindo da colega em razão da sua raça? A adulta que implicou com a criança negra? Já julgou alguém por seu cabelo crespo?

A seguir, convido a conhecer um pouco da minha trajetória, tendo o racismo presente na maioria dos momentos. Visitar as minhas memórias e marcas com a ajuda de autoras e autores negres foi o que impulsionou este trabalho. Então, sinta-se confortável em sua cadeira e compartilhe-se também.

Um pouco de tudo, um pouco de mim

Olá!

Talvez você esteja sem entender porque este subtítulo se inicia com um “olá”. É porque aqui eu irei expor as minhas narrativas, minhas experiências de vida. Sendo assim, por que não começar com esta palavra tão amigável, já que você estará compartilhando essas experiências comigo?



Essa sou eu. Fonte: arquivo pessoal

Acredito que, assim como eu, os caminhos que te trouxeram até a leitura deste texto têm suas bases tecidas nas inúmeras perguntas sobre a situação tão frágil e negligenciada da saúde mental da população preta no Brasil. Há muitos olhares, modos de lidar com a temática e perspectivas a esse respeito, mas sinto a necessidade de contar como cheguei até aqui.

Me chamo Ana Carolina, mas poucos sabem que na minha família há mais de dez variações de nomes compostos com Ana. É por aí que vou começar: a minha família. Sou uma mulher preta, minha irmã é preta, meu irmão é preto, minha mãe, minha avó, meu avô e assim vai...

Minha mãe sempre trabalhou o dia inteiro. Então, desde criança, eu passo a maior parte do tempo com meus avós. Minha avó e meu avô são nascidos e foram criados no Morro do Pau da Bandeira, no bairro de Vila Isabel/Rio de Janeiro. São descendentes daqueles que fundaram o Grêmio Recreativo Escola de Samba Vila Isabel. Meu avô, inclusive, foi mestre de bateria e minha avó passista por muitos anos.

Mas, por que estou contando isso? Não era a minha história? Bem, eu sou muito ligada às religiões de matriz africana e nelas aprendemos muito sobre nós através da nossa ancestralidade. A ancestralidade que eu escolhi narrar aqui é a experiência de meus avós, pessoas com suas próprias fragilidades e lutas marcadas no corpo.



Família em Teresópolis. Fonte: arquivo pessoal

Meu avô era um homem rígido com seus filhos e consigo mesmo. Eu como neta não escapei disso. Ele sabia que nascer preto ou preta imprimia uma vida inteira cheia de lutas e dificuldades. Ele se preocupava muito com a nossa educação, especialmente com a minha. Ele dizia que apenas pela educação uma mulher preta poderia ter a chance de ter independência, emancipação e ideias críticas. Minha avó casou-se com meu avô muito cedo: tinha apenas quinze anos. Apesar de ter abandonado os estudos (ou dos estudos terem a abandonado), minha avó possui sabedoria e conhecimento inigualáveis. Ela me levava para todos os cantos e se tornou minha primeira melhor amiga (mesmo eu só tendo percebido muitos anos depois).



Minha avó quando passista da Unidos de Vila Isabel. Foto: arquivo pessoal

Apesar de hoje entender mais as decisões de meus avós, nem sempre foi assim. Enquanto criança, eu acabei tomando pra mim dores de coisas que eu não entendia. Minha avó, mulher preta de uma comunidade carioca, aprendeu que tinha que acordar antes do sol nascer para fazer tarefas da casa e depois, ir trabalhar fazendo tarefas das casas de outras famílias. Era reservada e sempre desconfiada de tudo e de todos (característica que eu não entendia). Saiu da comunidade com trinta e cinco anos de idade e foi morar um tempo no

bairro de Oswaldo Cruz, subúrbio do Rio de Janeiro. Então, depois de muitos anos trabalhando e com meu avô finalmente com uma carreira estável no serviço público, ela se mudou para um condomínio em São Gonçalo, construindo a casa do zero. Ela não gostava de se relacionar com os vizinhos do condomínio onde passou a morar, nem baixava a guarda na rua (hábito que hoje eu também tenho). Minha avó já demonstrava para mim como muitas mulheres pretas lidam com o racismo, com o medo, com o receio e com o ódio. Ela também me ensinou como nós, mulheres pretas, fomos sendo colocadas à deriva de toda empatia do mundo: nunca somos iguais aos nossos parceiros. Sempre nos colocam como inferiores, responsáveis pelas concessões e tendo que chorar caladas. Descobri, alguns anos depois, que o distanciamento que minha avó se impunha dos demais moradores do condomínio era muito proporcional à necessidade de aceitação que eu tinha deles. Minha avó já sabia, ainda sem nomear o fenômeno, que aquilo era racismo. Ela rejeitava os vizinhos por serem racistas em seus atos. Eu, quando criança, não sabia o que era isso e achava que as outras crianças do condomínio não me aceitavam por conta da minha família ter menos dinheiro que as famílias delas. Eu permitia qualquer tipo de coisa pra ser aceita, até as tentativas de embranquecimento, tais como ser nomeada de “morena”, de “marrom bombom”, de índia (por meu cabelo não ser crespo nem muito cacheado). Minha avó e eu reagimos de formas diferentes, mas em relação ao mesmo fenômeno: o racismo.

Hoje, percebo os reflexos dessa experiência: sou muito ansiosa, dependente da aprovação das pessoas, antecipo rejeições e constantemente acho que não estou sendo levada a sério nos grupos de que participo. Assim como minha avó, eu me fechei para as pessoas que se parecem com aquelas que nos afetaram no passado.

Meu avô teve lutas pessoais bem fortes para poder estudar, para poder passar em um concurso público. Ele foi da Marinha por muitos anos, mas não aguentou as inúmeras situações preconceituosas por parte de superiores. Meu avô, então, retomou os estudos e deu tudo de si para ser aprovado em um concurso público da Petrobras. Por isso, acredito que ele reagia aos meus feitos escolares negativos: me fazia ler livros por horas, todas as tardes e explicar oralmente e pela escrita o que estava lendo. Meu avô não aceitava erros, nem gagueira nas leituras, o que hoje eu percebo ser um dos principais causadores do meu medo de falar em público, de apresentar trabalhos acadêmicos ou de ingressar num debate. Me lembro de uma carta cheia de afetos que escrevi para ele e de ter sido fortemente repreendida por conta dos erros ortográficos e gramaticais. Fui obrigada a rasgar e a jogar fora a carta que escrevi. Era recorrente ouvir frases do tipo: “você não está lendo! Você está viajando!”, “você vai acabar correndo atrás do caminhão do lixo, garota!”

Não busco com essa escrita me vitimizar em relação à postura do meu avô. Eu sei que ele tinha medo. Era um medo que vinha não só da sua trajetória de vida, mas das experiências de vida as quais ele acessava, de parentes e amigos pretos. Isso tudo o levou a ter marcas e desenhou as marcas em mim. São as consequências do racismo de anos em nossos corpos, mentes e corações: o racismo que meus ancestrais sofreram, meus irmãos e eu estamos sofrendo e que nossos filhos também irão sofrer. As dores das chicotadas que as pretas e pretos escravizados levavam, ainda doem na alma de todas as pretas e pretos nos dias de hoje.

Minha mãe sempre foi uma mulher com corpo e espírito livre. Esse modo de ser e de viver não era compreendido pelo meu avô. Ele se sentia no lugar de conforto do patriarcado: era o provedor, rígido e queria que tudo dentro de casa estivesse do jeito que ele achava que era certo e seguro. Eu mesma sou fruto desse espírito livre da minha mãe. Desde nova, ela sempre guardou seus sentimentos consigo. Minha mãe não encontrava em casa um lugar seguro para expor seus desejos e aflições; desejos e aflições estes que desafiavam a linha patriarcal imposta na família. Nunca foi fácil para mães e pais num contexto patriarcal terem a “mente aberta”. No caso de mães e pais pretos, que se inscrevem nesses modelos de forma não flexível é ainda mais difícil. Minha mãe teceu suas próprias formas de lidar com seus sentimentos e essas formas nem sempre eram muito boas para ela. Embora ela hoje seja muito sensível à escuta de meus sentimentos e aos sentimentos de meus irmãos, ela sempre se esforçou para mostrar-se como uma mulher forte. Contudo, essa força muitas vezes mascarava sentimentos importantes de serem vividos. Nós, enquanto filhos, muitas vezes também fomos encorajados a enfrentar nossos problemas sem deixar que os sentimentos sobre esses problemas interferissem nas nossas vidas.

É importante dizer que minha mãe é uma mulher muito potente e dona de seu destino. Contudo, suas marcas foram mal curadas. Ela não se tornou uma pessoa ressentida, nem mal humorada. Porém, assim como ela, desenvolvemos o comportamento de projeção no outro de nossas experiências com a saúde mental. Ela não nos nega outras curas, mas é constante ouvir de minha mãe frases do tipo: “você super reagem! Eu não entendo isso assim, não! Eu fiz desse jeito! Se eu reagisse assim sempre...”

Minha mãe tem marcas da hipersexualização das mulheres pretas em si. Então, ela sempre me narrou experiências que eu nunca senti e as quais não entendia. Na verdade, eu ocupava um outro lugar desenhado para mim: tenho corpo da mulher preta e sou gorda. Embora sendo alocadas em lugares diferentes, nós duas passamos por momentos profundos em que somos condicionadas a sermos julgadas por nossos corpos. Minha mãe era assediada por conta de seu corpo. Eu era ridicularizada e, por muitas vezes, vista como uma não-mulher,

por conta do meu corpo. Ambas somos colocadas em lugares onde, se o corpo da mulher negra não for exuberante, não serve pra nada. Aliás, o corpo da mulher preta só se presta à sexualização desmedida. Vivemos as experiências de sermos vistas como mulheres que não merecem falar nem pensar.

Neste momento, gostaria de tratar sobre minha época de escola. Eu ficava em uma creche quando pequena e nela havia muitas crianças pretas. Naquela época, eu ainda não sabia como a escola se tornaria uma referência de experiências negativas no que tange à minha raça, até mesmo porque eu achava que era na escola o único lugar onde eu poderia ter amigos.

Entreí no Ensino Fundamental em uma escola privada católica gerenciada por freiras.

Na minha turma de alfabetização só havia duas crianças negras: Alessandra e eu.. Ela tinha a pele mais clara que a minha. Ela era menor que eu (eu sempre fui bem mais alta que as outras crianças de minha idade). Ela era magra, o que a fazia ser mais aceita que eu. Desde aquela época, eu já sabia que ser gorda significava ser escolhida, e não escolher. Até a quarta série, eu fui escolhida pelo meu grupo de amigos. Eu não pude escolher as minhas amizades. Por diversas vezes, o grupo de pessoas com quem eu me relacionava era



formado por gente manhosa, preconceituosa e que não expressava carinho de verdade por mim. Naquela época eu não sabia, mas eu estava no círculo “serva-senhora”: as meninas brancas e magras me ofertavam suas amizades não tão calorosas e, em troca, eu as venerava. Foi também nessa época que percebi minha proximidade com os meninos, e atribuí a isso à afinidade temática. Eles gostavam muito da minha presença por perto, mas não me tratavam da mesma forma que tratavam as outras meninas. Era como se eu fosse uma deles. Na época, eu achava que era porque gostávamos das mesmas coisas: desenhos japoneses, séries, jogos, etc. Hoje em dia, eu tenho uma outra leitura dessa relação, de ser posta em um lugar de “camaradagem”, para não ser vista como mulher, era aquela que sempre era chamada de legal, mas nunca como bonita, nem como pessoa digna de relacionamento amoroso.

Durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, eu vivia sob a pressão imposta pelo meu avô sobre o meu desempenho escolar. Essa pressão me fez experimentar muitas crises de pânico, medo constante de cometer erros, medo de ser reprovada, medo de decepcionar a família por isso. No meu último ano naquela escola, eu atravessei uma onda melancólica, que

hoje em dia consigo pontuar como o início da minha depressão. Eu não conseguia mais fazer as atividades da escola porque tinha muito medo de falhar. Eu não queria mais aquelas amigas, porque sabia que não eram mesmo amigas. Eu não queria mais estar naquela escola, então, minhas notas baixaram, meu comportamento passou a ser vigiado e não queria mais fazer nada além de ficar deitada no chão da sala da casa da minha avó. Chorava muitas vezes dentro do banheiro. Fingia não ouvir minha mãe me chamando para ir à escola. Nem preciso dizer que meu avô não gostou nada do que estava acontecendo comigo. Ele acreditava que me faltava capacidade de compreender os conteúdos e acabou contratando uma explicadora. Mas eu entendia os conteúdos. Eu só não me importava mais, nem com a minha situação, nem com a escola.

Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio eu fui para uma escola pública. Fui então apresentada a inúmeras narrativas de racismo e foi lá que eu aprendi a nomear o racismo na minha vida. Ali, tive pela primeira vez a possibilidade de escolher as amizades, porém, comecei a perceber que a possibilidade de escolher com quem gostaria de me relacionar para além da amizade não me foi dada. Como eu disse, sou uma mulher gorda desde criança, então, experimentei o racismo conjugado com a gordofobia.

Os garotos de quem eu gostava não se interessavam por mim. Ao contrário, eles me ridicularizavam e me batiam. Não se tratava apenas de não quererem se relacionar comigo, mas faziam questão de mostrar o quão horrendo era ser desejado por mim. Se você que está lendo for uma mulher gorda branca, eu não estou aqui para negar a sua dor em relação ao *bullying* na escola. Mas, conversando com amigas gordas brancas, notei que as questões em relação ao interesse sexual são outras. Durante a época da escola assisti às minhas amigas brancas gordas conseguirem escolher seus namorados por muitas ocasiões. Enquanto eu, além de esperar para ser escolhida, sofria com as ridicularizações frequentemente. Experimentei os insultos de homens brancos e também de muitos homens pretos. Inclusive, eram dos homens pretos que vinham as piores agressões.

Porém, eu ainda não era capaz de identificar o entrecruzamento racial com tanta clareza, embora eu já soubesse o que era racismo e de identificá-lo em antigas situações. Eu atribuía o fato de ser preterida e ridicularizada à imagem de “não muito feminina”.

Nessa época, me vi como membra da comunidade LGBTQIA+. Eu sou pansexual e, junto à comunidade, encontrei a identificação de que sentia tanta falta. Quem tinha minha afeição também era membro, membra ou membre da comunidade, embora eu julgue importante citar que algumas mulheres brancas LGBTQIA+ também possuam um olhar excludente com relação às mulheres pretas.

Nessa época começou o meu “autoapagamento” como pessoa que sente. Torcia para ser escolhida. Quando o era, não me importava se a relação era abusiva, tóxica e/ou mentirosa. Eu só não queria ser deixada de lado.

Hoje eu não sou tão aberta para relações com pessoas de outros gêneros. Sinto que ainda não me curei dessas feridas. E quando penso que gosto de alguém, automaticamente me desencorajo, porque no fundo as vozes que me ridicularizavam na adolescência ainda ecoam por todo o meu corpo.

Nesse momento, eu gostaria de falar da minha irmã e de sua vulnerabilidade. Minha irmã tem marcas bem mais fortes que eu, embora seja mais jovem. Ela já experimentou manifestações de racismo bem fortes. Muitas delas que eu não vivi.

Minha irmã ouviu muitas piadas sobre o cabelo dela, que é crespo, e isso a fez sentir a dor de se obrigar a passar por alisamentos químicos para que fosse aceita na escola. Ela também viveu o desinteresse por esse lugar, causado pela baixa expectativa de sucesso de uma criança preta. Minha irmã já teve medo de transitar livremente pelas ruas, pois conhecia a narrativa da mulher hipersexualizada e da mulher ridicularizada por conta do peso. Ela já foi ridicularizada por sua orientação bissexual, já sofreu preconceito no mesmo condomínio onde eu sofri. Percebeu esse preconceito prematuramente e passou a sentir raiva de si e do mundo muito cedo.

Durante anos, ouvi minha irmã chorar no escuro, do outro lado do quarto. Durante meses chorei com ela; durante meses odiei com ela; durante anos lutamos juntas. E assim como minha mãe e minha avó, nós não gostamos de falar sobre nossas feridas, mas estamos nos curando juntas.

Durante o ensino médio, algumas dores enfrentadas por mim na infância voltaram a doer. De repente, percebi que não conseguia mais escrever redações ou opinar sobre questões políticas. Contudo, foi neste nível de ensino que tive minhas primeiras experiências com grupos feministas. Percebi muitas diferenças entre o que eu e as outras adolescentes pretas falávamos e as colocações das adolescentes brancas, ainda que muitas também fossem periféricas.

Assim, eu fui gradativamente me afastando do movimento feminista, embora eu o compreenda como muito necessário. Nesses tempos, eu também comecei a notar que as equipes de segurança das lojas vigiavam a mim e aos meus colegas com mais cuidado que as demais pessoas. Comecei a perceber que nos pontos de ônibus produzíamos o distanciamento de quem lá estivesse. Comecei a perceber que meus amigos homens e pretos eram sempre revistados por policiais enquanto estávamos na rua.

Cheguei à universidade! Ingressei na UFRJ no segundo semestre de 2014, depois de ter passado por outra instituição, por outro curso, onde fiquei por muito pouco tempo. Eu me tornei uma pessoa muito reservada com os outros, com o mundo acadêmico, mas, ao mesmo tempo, eu mantinha o desejo de desenvolver práticas progressistas e antirracistas. No curso de Pedagogia tive a possibilidade de estimular meu pensamento crítico, mas as feridas que eu trouxe abertas pareciam doer fortemente ainda.

Embora haja um discurso em circulação em prol da educação pública e gratuita, nem todos os professores estavam dispostos a ouvir nossas narrativas sobre a escola pública, sobre



as questões vividas nos cotidianos por quem está na escola da periferia. Nem preciso falar da falta de empatia com as situações de vida experimentadas cotidianamente pelos estudantes, se vínhamos de longe, se tínhamos dinheiro para ir à aula. Nem consigo, nem quero contar quantas vezes fiquei reprovada em disciplinas porque alguns professores não entendiam minhas dificuldades. A permanência de pessoas negras e de baixa renda na universidade é uma discussão emergencial.

Felizmente, nem todos os professores pensavam desta forma e pude encontrar docentes que, além de empatia, me impulsionaram.

Enfim, após trazer minha narrativa, quero falar o porquê da escolha deste tema para minha pesquisa monográfica. Como você leitor/leitora/leitore pode perceber, tanto a minha saúde mental, quanto a de pessoas queridas à minha volta tem sido

afetada. São incontáveis as marcas silenciadas e transmitidas geração após geração. Eu tenho muitas dificuldades para me relacionar com muitas pessoas e meu círculo de amizades é

muito pequeno. Sinto muito ódio todos os dias, muita raiva, e chego a gritar e a chorar. Muito desse ódio ainda habita a minha mente. Eu ainda ouço as vozes de pessoas nas situações que me machucaram negativamente. Por muitas vezes, eu silencio em momentos em que a minha voz era necessária, porque sinto como se alguém do meu lado estivesse me silenciando, embora eu já não deixe pessoas do hoje me silenciarem mais. Eu choro todos os dias antes de sair de casa.

Essa narrativa é muito pessoal, mas eu sei que as dores são muitas em muitas pessoas pretas. Eu sei que a herança da dor do racismo mexe com a população preta de diversas formas. Então, eu escolhi essa pesquisa para conhecer as narrativas e conversar com pessoas pretas que também estão machucadas, ouvir de onde vieram suas marcas e pensar em possíveis numa perspectiva interseccional e antirracista para que, como pedagoga, eu seja capaz de acionar uma prática menos dolorosa para crianças, adolescentes e adultos.

Acredito que você que está lendo também compartilha desta vontade e até mesmo das dores e marcas.

Nossa produção

O objetivo que permeia o trabalho é pensar como as memórias psíquicas e físicas da população negra que sofre com o racismo geram patologias em sua saúde mental .

A partir daí, podemos trazer algumas outras questões e desdobramentos: pensar nas políticas públicas que fomentam as lutas do movimento negro; pensar como acontece o acesso da população preta aos setores da saúde; refletir como acontece a reprodução do racismo nas instituições escolares e como isso afeta os/as/es estudantes; se é comum para pretos, pretas e pretes saber onde, como e porque sofrem racismo; problematizar projetos educativos que reproduzam estereótipos eurocentrados de beleza nas escolas.

Assim, nesta introdução, me dediquei a narrar marcas do racismo experienciado por mim e por meus familiares. De certa forma, abarco aqui um pouco dos caminhos que ajudarão no desenvolvimento da pesquisa.

Após o capítulo introdutório, apresento o primeiro capítulo da monografia intitulado *Conversas com quem senta a nossa mesa*, em que me dedicarei às trilhas que me abraçaram, aos caminhos metodológicos: pesquisa narrativa e metodologia de conversas. Como conversadora que sou, não poderia trazer metodologias diferentes, senão estas. Nesta monografia serão narrativas minhas, dos/as/es *praticantes* (CERTEAU, 1994) e das autoras e autores que trazem para esta produção problematizações narrativas-teóricas-metodológicas

(tudo isso ao mesmo tempo). A conversação nos lembra que a base da humanidade é a socialização e a conversa, logo, a pesquisa também entra neste lugar, já que conversando, narrando, nós não somos apenas nossas idéias, somos o outro conosco e as idéias do outro com as nossas.

Em seguida, no segundo capítulo, *Conversas com quem pesquisa*, trarei alguns conceitos que, enredados às narrativas, contribuirão com o desenvolvimento desta produção. São saberes que apontam pistas de como o racismo está presente em relações diárias dos sujeitos, de como são academicamente nomeadas estas manifestações, de como a estrutura do racismo é essencial para o projeto colonial. Ainda neste capítulo dedicado à abordagem conceitual, tratarei da saúde mental da população negra. Estarão em nossa roda as políticas, o acesso à saúde pública, o racismo estrutural, diagnósticos como ansiedade e depressão e o reconhecimento dessas patologias, por serem postas por tantas vezes como obstáculos da sobrevivência e não como princípio para a vivência. Aliás, a frase que intitula esta monografia, *Eu não tenho tempo para isso, eu preciso sobreviver*, é de autoria de minha avó e foi compartilhada comigo durante uma das conversas narradas nesta pesquisa.

Após a roda de saberes teóricos, apresentarei o terceiro capítulo intitulado *Conversas com quem sobrevive*. Nesta parte, estarão as narrativas de Ana Lúcia, Ana Vitória e Leonardo. Colocarei essas narrativas em conversa com narrativas de autoras pretas para que, nesse diálogo, possamos problematizar as questões de saúde mental postas por estes/as conversantes e do racismo estrutural.

No último capítulo, *Conversas com quem aprende*, concluiremos então este trabalho, porque a conversa é longa e precisará continuar... em lugar diferente, onde cadeiras e mesas possam ser postas, lugar em que o calor do sol não chega pois tem sempre algo gelado para molhar a garganta.

A conversa aqui é sobre nós, pretos, pretas e pretes, e puxar uma cadeira é vivo, confortável e necessário.

1 CONVERSAS COM QUEM SENTA À NOSSA MESA

Compartilhei com você um pouco das minhas histórias, das preocupações e dos anseios que me moldaram. São narrativas que vêm da minha ancestralidade e da minha vivência, mas preciso dizer que toda essa partilha tem um propósito: olhar as marcas deixadas pela dor presente nas nuances do racismo. Por isso, uso a narrativa para fomentar o diálogo.

As narrativas nos permitem olhar para os sujeitos além de números, gráficos e expressões quantitativas. As narrativas não são analisadas como resultados de demandas. Elas são compartilhadas como produção do conhecimento cotidiano e das expressões do indivíduo.

Moraes (2000) nos diz que

a narrativa não é um simples narrar de acontecimentos, ela permite uma tomada reflexiva, identificando fatos que foram, realmente, constitutivos da própria formação. Partilhar histórias de vida permite a quem conta a sua história, refletir e avaliar um percurso compreendendo o sentido do mesmo entendendo as nuances desse caminho percorrido e reaprendendo com ele. E a quem ouve (ou lê) a narrativa permite perceber que a sua história entrecruza-se de alguma forma (ou em algum sentido/lugar) com aquela narrada (e/ou com outras); além disso abre a possibilidade de aprender com as experiências que constituem não somente uma história mas o cruzamento de umas com as outras. (MORAES, 2000, p.81)

Compartilho, converso e até faço uso de “um certo de sincretismo” para enfatizar as narrativas dos sujeitos que aqui se farão presentes com as autoras pretas que convidamos para esta roda. Me dedicarei, a seguir, a apresentar um pouco da pesquisa narrativa, da narrativa autobiográfica e da metodologia de conversas.

1.1 A pesquisa narrativa

A experiência é subjetiva e social, ela traz consigo todas as nossas nuances solitárias e compartilhadas. Quando trazemos sujeitos para a pesquisa, limitá-los a perguntas estritamente pré-projetadas em função de uma concepção que estereotipa ou tida como o “caminho certo”, acaba por negar as mais significativas transformações, singularidades e coletividades dos mesmos. Então, pensando em todas as conexões que fizemos, que estamos fazendo e que vamos fazer, trago a pesquisa narrativa para compor este trabalho, e neste momento, pretendo contar o porquê e para quê delas enquanto caminho metodológico.

Para tecer os diálogos com você e suas histórias, com as minhas histórias e com as histórias que transbordam nas narrativas a que acessei para compor este trabalho, a pesquisa

narrativa se inscreve como uma necessidade. Trago, portanto, as proposições de Clandinin & Connelly (2011) e de Alves (2008) para elucidar a proposta.

A pesquisa narrativa para Clandinin & Connelly (2011) está diretamente conectada com o conceito da *experiência* trazido por Dewey: trata-se da experiência que nos multiplica, nos enuncia e faz com que pensemos nossas práticas individuais e coletivas, como agimos sozinhos ou em grupo e como as pessoas do grupo agem conosco, *como os indivíduos ensinam e aprendem, no como a temporalidade (contextualizando tudo em relação ao tempo) conecta-se com a transformação e aprendizagem e no como às instituições interferem em nossas vidas* (CLANDININ & CONNELLY, 2011, p. 29).

Para os autores, a experiência além de ser algo que compartilhamos é também experimentado em grupo; é múltiplo e temporal. Temporal pois mostra o que lidamos no passado e no presente. Trago este ponto pois os *pesquisadores narrativos tendem a começar com a experiência vivida e contada por meio de histórias* (p. 174). As narrativas das experiências são histórias contadas tanto por quem está escrevendo a pesquisa, quanto pelos participantes. São tomadas por situações, cheiros, gostos, toques e memórias compartilhadas em várias proporções. Ao ouvir uma história sobre o tempo de escola dos meus conversantes relembro as minhas histórias na escola e compartilho situações parecidas, diferentes, mas que tem sua gama na memória, que nos faz reviver e repensar o que éramos e quem somos. Reafirma que somos plurais e múltiplos em todos os momentos da vida.

A pesquisa narrativa utiliza da experiência, do contar nossas histórias, do falar no “eu” que também é um “nós” que se compartilha permitindo que a diversidade inscrita nos sujeitos se faça presente e não somente aquela que é pretendida ser alcançada previamente. Desestrutura não só a dureza acadêmica para com a pesquisa, mas, também a dureza que pesquisadores, participantes e leitores se impõem. Acontece também a *ampliação e a complexificação do que vamos considerar como fonte de conhecimento* (ALVES, 2008 p.28).

Alves (2008), ao falar das narrativas, sugere que é preciso nos desarmarmos das cordas que vedam os conhecimentos da experiência. A autora propõe a pesquisa nos/dos/com os cotidianos e alerta para a necessidade da pesquisa que expressa as sensações cotidianas, os cheiros, os afetos, as reações e as vozes.

Admitir que os fatos a serem analisados e as questões a serem respondidas são complexos, neste mundo simples que é o cotidiano, vai colocar a necessidade de inverter todo o processo aprendido: ao invés de dividir para analisar, será preciso multiplicar - as teorias, os conceitos, os fatos, as fontes, os métodos etc. Mais do que isso, será necessário entre eles estabelecer redes de múltiplas e também complexas relações. (ALVES, 2008, p. 26)

Entretanto, os conhecimentos da pesquisa narrativa são de forma recorrente subestimados no meio acadêmico. Por vezes, as narrativas são elencadas como instrumentos que dependem de análise ou como explicativas de uma formulação do campo teórico, mensuráveis, quantificáveis. “Analisar” o que foi compartilhando em uma narrativa a coloca no quadrado da frieza dos sentidos, limitando-a. Vozes tão potentes acabam por ter seu volume diminuído no alto-falante do pensamento hegemônico na academia. *A negação da subjetividade biográfica, isto é, do potencial científico de cada narrativa é um problema metodológico, que pode ser entendido como o problema do grau da representatividade de uma biografia* (SANTOS & GARMS, 2014, p. 4095).

Concordando com Alves (2008), penso que:

a formação do pensamento ocidental dominante, que exige “ver para crer”, levou à grande dificuldade em se aceitar o múltiplo: os múltiplos sentidos, os múltiplos caminhos, os múltiplos aspectos, as múltiplas regras, as múltiplas fontes. Desta maneira, pensar “ao contrário” em ciência, tem exigido uma discussão sobre o que pode ser aceito como fonte de conhecimento. Naturalmente, o “exame” do cotidiano, entendido como um nível menor de uma “realidade” maior, por muitos de nossos colegas, é possível como um emprego das mesmas regras usadas para estudar este mundo maior. Quando, no entanto, se entende que, para além do mero reflexo ou redução de uma outra realidade, o cotidiano, mantendo múltiplas e complexas relações com o mais amplo, é tecido por caminhos próprios traçados com outros caminhos, começa-se a se entender que as fontes usadas para “ver” a totalidade do social não são nem suficientes, nem apropriadas. Ao lidar com o cotidiano preciso, portanto, ir além dos modos de produzir conhecimento do pensamento herdado, me dedicando a buscar outras fontes, todas as fontes, na tessitura de novos saberes necessários. (ALVES, 2008, p. 27)

Mas por que a pesquisa narrativa atravessa uma monografia que se dedica a dialogar acerca de racismo? Conversaremos mais a frente que o racismo, apesar das manifestações comuns que se fazem presentes nas narrativas de todos aqueles que o sofrem, também provoca reações e marcas diferentes em cada sujeito. Por isso, se fez necessário trazer uma forma de pesquisar que pudesse de fato compartilhar os anseios destas falas. Duas pessoas negras podem estar num mesmo local sofrendo o mesmo ataque racista, mas a forma como isso se acrescenta às suas experiências e, portanto, suas reações psíquicas e sociais são singulares, mas, também são múltiplas. Ao fazer com que contem suas histórias, que revisitem suas experiências, muitas vezes as sentindo em todos os ossos do corpo, não só as transcrevo em minha pesquisa, mas também visito essa experiência dando as mãos a essa pessoa. Muitos praticantes nem imaginavam que o que viveram foi uma ação racista, até revisitá-las e, por muitas vezes, nem imaginavam que experimentavam marcas tão profundas

referentes a esta ação até hoje. É por isso que a pesquisa narrativa é importante quando pesquisamos a saúde mental da população negra.

Evaristo (2009), no livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*, ao contar histórias de mulheres negras plurais, nos mostra o quão singular e compartilhado podem ser nossas marcas. Como exemplo, o conto intitulado *Maria do Rosário Imaculada dos Santos* apresenta a história de uma mulher que foi sequestrada quando criança, e ainda jovem foi mantida como empregada doméstica. Ao finalizar o conto, ela apresenta um momento emocionante: o reencontro com sua terra natal e sua família biológica. Eu nunca sofri nada parecido com o que ela passou, mas me comovi não apenas pelo modo como a narrativa me atravessou, mas por saber o quão sem limites são as agressões sobre os corpos negros. Trata-se da *escrevivência*, conceito apresentado por Evaristo que mobiliza uma coletividade a partir da singularidade das experiências dos sujeitos. *A escrevivência marcadamente carrega, assim, uma dimensão ética ao propiciar que a autora assuma o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um "nós" compartilhado* (SOARES, MACHADO, 2017, p. 68).

Ao mesmo tempo em que temos um “nós” *compartilhado* em nossas narrativas enquanto pessoas pretas, temos um pluralismo de sentidos individuais, pois somos também seres plurais. Ao me contarem que sofreram a famosa perseguição por seguranças em uma loja, relembro minhas experiências com isso, do modo como reagi e de como reagiria hoje. A pesquisa narrativa nos permite ouvir e contar todas essas ondas que passam e transpassam nossas vivências.

1.2 A narrativa autobiográfica

Ao contar minhas experiências, minha trajetória de vida, me visito, pensando em como lidei com alguns acontecimentos. E mais do que isso, faço esse conhecimento transpassar outras pessoas, as tocando e fazendo com que me acompanhem neste processo. Ao trazer uma narrativa autobiográfica, revivo minha história a trago para o âmbito temporal, a produzo para compartilhar e para lembrar a multiplicidade que habita nas minhas vivências.

Trata-se de uma trajetória para a formação do sujeito, ao elencar minhas memórias em conjunto, com o que eu possuo de ancestralidade, com o modo como minha família lida com o racismo, e com a maneira como venho lidando com o racismo. Observá-los e suas práticas me fez conhecer o mundo antes mesmo de ter acesso aos livros sobre emancipação social e das autoras que falam sobre negritude.

Assim, Santos & Garms (2014) afirmam que

sobre o processo de formação do sujeito, o que particularmente interessa a este trabalho, o uso da metodologia de investigação de natureza biográfica mostra que a construção da biografia narrativa não é uma narrativa de vida, tal como resultaria da narração de uma história de vida considerada em sua globalidade. É o fruto de um processo de reflexão parcial, a meio caminho do percurso seguido pelo sujeito no decorrer da vida. Cada etapa desse percurso se constitui tanto no fim de uma interrogação como é o ponto de partida de outra. O trabalho com narrativas autobiográficas implica a forte participação do indivíduo que, por sua vez, se compromete com o processo de reflexão, orientado pelo seu interesse, e que o leva a definir e a compreender seu processo de formação. (SANTOS & GARMS, 2014, p.4099)

Nas questões da saúde mental da população negra e da parte da história que muitas vezes não é contada, concordo com Kilomba (2020) quando afirma que ao escrever seu livro, ela se transforma, deixa de ser a *outra* para ser finalmente ela própria, sem a presença de momentos históricos generalizantes trazidos por mãos ocidentais e coloniais sobre negritude.

1.3 Metodologia de conversa

Narrar e partilhar conhecimentos pessoais, sociais e coletivos, vem da nossa natureza humana. Há registros de que as primeiras populações compartilham seus saberes narrando para um, para todos e para si.

Falar sobre a saúde mental da população negra nos faz olhar para a ancestralidade e pensar nas histórias de reis, de rainhas, de orixás, de populações nômades e de aldeias que pela via da conversa multiplicam seus ensinamentos até hoje. *Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias* (RIBEIRO, SAMPAIO & SOUZA, 2018, p. 43).

Então, como não usar as conversas como metodologia? Como me negar a fazer o que está no meu sangue por gerações e gerações?

Sempre pensei que quando iniciamos uma conversa, ela pode levar a todos para inúmeros caminhos e confrontos. É pela conversa que posso compartilhar, ser compartilhada e receber o mesmo.

Trazer a conversa como metodologia não transforma este trabalho num lugar de fontes menores. Pelo contrário, acredito que não existe forma melhor de se chegar a questões, indagações e pesquisas. *Não é apenas uma forma final de registro, mas um recurso*

privilegiado também de produção de dados e de ação-reflexão em busca do conhecimento possível para iluminar a compreensão sobre o que se pesquisa. (RIBEIRO, SAMPAIO & SOUZA, 2018, p. 22). Então, conversaremos com as narrativas destas pesquisas e com autores que também entrelaçam vivências, experiências e cotidianos, sem os analisar, ou dar a eles um olhar distante de sua própria trajetória.

Ao tratar das questões acerca da saúde mental, encontramos diferentes reações. Inclusive, é comum nessas narrativas identificar o processo de *negação* (KILOMBA, 2020, p. 34). Muitas pessoas ainda concebem que se preocupar com saúde mental é ser fraco, ser portador de tristezas, gatilhos e traumas. Então, trazer a conversa possibilita que essas sensações e ações sejam trabalhadas e que esse conhecimento atravesse todos os participantes.

Por isso não utilizamos a expressão “coleta” e sim “produção” de dados: as informações formam um conjunto no qual o pesquisador mergulha com todos os sentidos para encontrar os dados que contribuem para sua compreensão da questão que se propôs a investigar. (RIBEIRO, SAMPAIO & SOUZA 2018, p34)

A conversa traz a troca, a emancipação do sujeito, os conhecimentos compartilhados, as curas, os desafios e o questionamento. Mesmo estando inerte diante da conversa, a multiplicidade de sentidos é tanta que a imobilidade acaba ultrapassada pelos saberes, refletimos nossas práticas e reafirmamos espaços, *não para propor verdades absolutas, pois não está absolutamente em questão defender uma verdade única, mas para dar sentido às múltiplas verdades existentes* (RIBEIRO, SAMPAIO & SOUZA, 2018, p.34).

É nossa pauta também sinalizar a importância política da conversa pois, em muitos momentos, é por meio dela que as vivências das pessoas que estão fora da *heterocisnormatividade* e da *branquitude*, podem ser trazidas para olhares epistemológicos e de trabalho acadêmico, incorporando a importância de suas narrativas insurgentes. O conceito de *heterocisnormatividade* aqui é elucidado por Barbosa & Neto (2020) como a forma social baseada no binarismo-biológico, no conservadorismo das relações e na negação da autodenominação dos sujeitos, impondo assim normas socialmente pré-escritas para os mesmos. O conceito de *branquitude*, segundo Frankenberg (1999), é compreendido como *um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo.*

A metodologia de conversa nos possibilita trazer autores que compartilham desses cotidianos e que nos mobilizam pela via da narrativa. Não se trata de propor uma hierarquização entre concepções metodológicas, mas de optar pelos caminhos que são coerentes com os objetivos desta pesquisa. Desta forma, apresentaremos ao longo do texto as conversas que não se materializaram no âmbito da realidade, mas que foram promovidas ficcionalmente e que passam a ter existência nesta monografia. Antes de elencar essas conversas ficcionais, apresentarei a seguir as conversas que teci

com os pesquisadores que se dedicaram a dialogar com os conceitos arrolados em todo o texto. Me dedicarei, portanto, às conversas com quem pesquisa.

2. CONVERSAS COM QUEM PESQUISA

2.1 Os conceitos entram na roda

Início este diálogo colocando nesta roda a ideia das *linhas abissais*, proposta por Santos (2009), para tratar do lugar ocupado pelos corpos que foram submetidos à padronização colonial e que os excluiu. Refere-se às *distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’* (SANTOS, 2009, pg. 21). Logo, os atos de sobreviver, de viver, de falar, de gritar e de protestar por si só passam a ser atitudes subversivas frente a essas linhas que separam os que têm o direito de existir e os que não têm esse direito. Trago este conceito para pensar sobre as restrições físicas e invisíveis que foram postas sobre nossos corpos, mentes e bem estar.

A existência dessas linhas demarcam o *racismo estrutural*. Segundo Almeida (2018), o racismo não é um ato isolável ou um conjunto de atos, menos ainda se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais. Trata-se de um processo histórico e político em que as condições de subalternidade mostram de modo evidente as classes subalternas sendo uma parte da sociedade que é submetida às margens pela classe dominante/hegemônica, encontrando-se nas mãos da exploração e opressão constantes.

(...) pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsável pelo combate ao racismo e aos racistas. (ALMEIDA, 2018, p.34)

Cotidianamente, nós que habitamos “o outro lado da linha”, conhecemos o racismo estrutural que se sustenta diariamente nos olhares, nos narizes torcidos e nos discursos de ódio camuflados de democracia racial. Este fenômeno está impregnado na sociedade brasileira. Foi o padrão branco que nos fez escravizados, por sermos diferentes deles; é o mesmo padrão que se reproduz em revistas, na mídia e nas fontes de pesquisa da academia. *A prática racista permanece e é negada pois o racismo é uma estrutura que assegura uma supremacia econômica, política e social para um determinado grupo – o grupo branco.* (VICTORINO, 2018, p. 24)

O racismo estrutural produz marcas em todas as pessoas pretas e não brancas que têm seguranças as seguindo em shoppings e mercados, que são revistadas nos transportes

públicos, que são tiradas de suas terras por madeireiros, que são destratadas por usarem *hijab* e que têm seus cabelos ridicularizados por serem crespos.

Kilomba (2020) nos diz que quando a população branca impõe suas verdades, apontam um padrão (branquitude), porém, ao apontar este padrão, esta população também define que tudo o que está fora dele. Define-se, portanto, qual pode ser a cor da pele, o tamanho dos olhos, do nariz, a religião, os valores, o tamanho dos pés e mãos, o cabelo ou todas as opções reunidas. A autora também afirma que esse padrão está tão incorporado nos discursos e nuances sociais e quem não se inscreve nele passa a se sentir estranho, incompleto, como um intruso nas planícies sociais.

Esse fato nos deixa com a sensação de que se mantivermos nossas características, não vamos pertencer a nada. Então, somos estimulados a mudar nossos traços naturais, o que se inclui na luta pela sobrevivência. Significa que, para sobreviver, por vezes temos que mudar nossas aparências, pois somos os que devem ser obrigados a se encaixar em algo.

Essa questão nos conduz ao conceito de *racismo institucional*. *Ele não difere dos outros tipos de racismo, mas ele acontece através das instituições, coisa que não estamos acostumados a perceber* (VICTORINO, 2018, p. 27). Esta manifestação do racismo está presente nas escolas, nos processos seletivos e cotidianos do mercado de trabalho, na formulação de direitos nas demandas legais.

Já o *racismo individual* (Almeida, 2018) é a manifestação onde podemos personificar um ou mais sujeitos enquanto racistas. O ataque racista vem através de uma ofensa direta, de uma violência física ou pela proibição de acesso de alguma pessoa negra em um lugar ou instituição.

Ao conversarmos sobre esses conceitos, revisitamos automaticamente as experiências que passamos por toda a nossa vida e nos vemos nos mais inexplicáveis momentos em que não tínhamos conhecimento acerca do racismo e reestruturamos essa experiência. Como mulher negra, penso em todas as situações que passo e vejo as mulheres de minha família passarem. Então, sou atravessada pelo conceito de *interseccionalidade*. *Tal conceito é uma sensibilidade analítica: pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor focado nos homens negros*. (AKOTIRENE, 2020, p. 18).

O *feminismo negro* traz pautas que evidenciam como a mulher negra está nas margens das margens; e também dialoga com as experiências LGBTQIA+ e indígenas, tendo escuta atenta e sensível às vozes que não se sentem pertencentes às pautas do feminismo branco.

Hooks (2013) afirma que mulheres brancas e negras ainda possuem certas disputas de

poder enraizadas, que vêm do tempo dos senhores de fazenda. Trata-se, segundo a autora, de um reflexo da relação em que mulheres brancas viam/veem mulheres negras como rivais. Nesse sentido, era importante manter as mulheres negras em seus lugares socialmente permitidos por estratégias legais ou culturais. Ao refletirmos sobre isso, é possível olhar porque nas pautas iniciais do feminismo não se atentava para as especificidades de mulheres negras, de outras etnias e de outras orientações sexuais. Além disso, nossas pautas sempre foram recusadas nos grandes debates.

Nossos olhares dentro do movimento negro também foram ampliados. Homens e mulheres negras sofrem solidões, entretanto, era visível a falta de sensibilidade para os cotidianos das mulheres negras nas discussões e representações do movimento negro. Também transbordava o machismo e um processo de competição enraizado no universo de relação entre mulheres e homens negros. A *interseccionalidade* nos faz pensar estas questões, mas não olhando para o homem negro como vilão da nossa pauta racial, mas como sujeito que também sofre opressões e capaz de contribuir para que a relação entre mulheres negras e homens negros seja verdadeiramente um processo de emancipação social. *É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade* (AKOTIRENE 2020, p. 25).

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade... (AKOTIRENE, 2020, p. 30)

Esses conceitos me abriram portas. Portas que jamais imaginei serem possíveis de transpor. Sigo na conversa buscando que essas passagens continuem abertas para quem desejar atravessar essas portas comigo.

2.2 A narrativa da história

Antes de falarmos sobre a saúde mental é preciso conversarmos sobre a trajetória do nosso povo nas questões específicas do Brasil. As bases de tratamento no Brasil são perversas, pautadas numa cultura branca colonizadora. *São mais de 500 anos do processo de extermínio dos povos indígenas – verdadeiros donos dessa terra; e mais de 300 anos de escravidão do povo negro* (MESQUITA, 2019, p. 7).

Santos & Sodré (2018) trazem importantes questões acerca da demarcação de fatos históricos datáveis e a relação com a eficácia do fato. Um exemplo disso refere-se às crianças

que nasciam após a criação da *Lei do Ventre Livre*³, cujas custódias muitas vezes permaneciam com os senhores de escravos. Embora a liberdade “fosse algo assegurado pela lei”, muitas destas crianças só passariam a usufruir desse direito na vida adulta (e por vezes nem isso).

Victorino (2019) nos lembra que, durante a República Velha, começa a se popularizar o discurso de que, com a assinatura da *Lei Áurea*⁴, todas as questões relacionadas à perversidade sobre a população negra escravizada iriam desaparecer. Dali em diante, haveria democracia para todas, todos e todes. Inaugura-se, então, uma perspectiva “cega” de democracia racial e de meritocracia.

A autora também nos faz entender que a ideia de democracia racial é algo muito perigoso, pois coloca a população preta em um lugar onde ela não está - em relação à ascensão social e ao acesso a direitos básicos-, já que os padrões brancos são dominantes na sociedade brasileira, e que, mesmo após a Lei Áurea, os mesmos continuavam a habitar o fundo da esfera social. Ela nos diz que :

O Brasil foi instituído enquanto nação por meio de três momentos governamentais: o colonialismo, o imperialismo e a república. Durante toda a construção da política e economia brasileira houve – como ainda há -- a exploração de mão de obra negra por meio destes sistemas. (VICTORINO,2018. p. 14)

Mesquita (2019) conversa sobre como o campo da Biologia produziu conhecimento com o intuito de criar teorias pautadas numa suposta inferioridade das pessoas pretas em relação às brancas. Desta forma, propagou-se no país a ideia de que nossos pensamentos, nossos corpos, nossas inteligências fossem inferiores e que a miscigenação seria uma forma de “melhorar” a população brasileira. *A partir do final dos anos 1930, a política de branqueamento aos poucos perde força no Brasil. Assim, começa-se a discutir cor e raça a partir de óticas não biológicas* (MESQUITA, 2019, p. 16).

Desta forma, a população preta foi e continua sendo obrigada a viver nas margens da sociedade hegemônica branca, esta que ainda nos controla para não perder sua hegemonia, a qual tem repulsa do enfrentamento de seu próprio passado sanguíneo. As estratégias são muitas: trazendo nossa população para ser escravizada, nos concentrando em cortiços e depois nos exilando dos grandes centros para as favelas e municípios menores, nos negando acesso à educação adequada e nos colocando como os marginais merecedores de assassinato.

³ A Lei do Ventre Livre (LEI N° 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871) foi assinada pela Princesa Isabel e promulgada em 28 de setembro de 1871, considerando livres todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir de então.

⁴ A Lei Áurea, oficialmente Lei n.º 3 353 de 13 de maio de 1888, foi a lei que extinguiu a escravidão no Brasil.

Tivemos momentos de luta, de massacres, de silenciamentos e de revolta durante toda a história brasileira e, como a história também é o tempo do hoje, ainda experimentamos esses momentos.

2.3 A narrativa de poder

O poder de decidir por nossas vidas nos é negado diariamente. O poder de dizer para onde vamos, como vamos nos vestir, a que horas vamos sair e voltar e se devemos estar felizes com o que temos ou não.

Eu fui odiado, desprezado, detestado, não pela vizinha do outro lado da rua ou pelo meu primo por parte de mãe, mas por uma raça inteira. Eu competi contra algo irracional. Os psicanalistas dizem que nada é mais traumatizante para a criança do que esses encontros com o que é racional. Eu diria, pessoalmente, que para um homem cuja arma é a razão, não há nada mais neurótico do que o contato com o irracional. (...) Eu racionalizei o mundo e o mundo me rejeitou sob a base do preconceito de cor (...) Coube ao homem branco ser mais irracional do que eu. (FANON, 1967, p. 118-119)

Nos dizem que devemos alisar nossos cabelos; que não podemos estar na universidade; que só devemos sempre ser a mão de obra barata; que somos violentos e que devemos ser assassinados; que a polícia deve ter chancela para entrar em nossas casas nas favelas e nos matar; que não somos merecedores de nossas conquistas. Sob o discurso da meritocracia, somos nomeados como inferiores, apesar dos processos de lutas que experimentamos serem completamente desproporcionais.

É o que o racismo nos nega. Mesquita (2019) afirma que :



Imagem disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/02/24/Sistema-de-cotas-raciais-inclus%C3%A3o-em-meio-%C3%A0-controv%C3%A9rsia>

O racismo é um fenômeno presente desde os primórdios da organização de muitas sociedades e se perpetua na contemporaneidade, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. O racismo apresenta distintos percursos, os quais devem ser interpretados de acordo com épocas, modelos culturais e estruturas de poder das sociedades que o praticam (MESQUITA, 2019, p.15)

Desta forma, controlando nossos corpos, nossos espaços de circulação e nossas relações sociais de diferentes maneiras, o poder hegemônico se instala. Ao nos seguirem em um mercado, ao nos obrigar a sair “bem arrumados” para ir qualquer lugar, ao exigir de nós a estética do cabelo liso sob a alegação de que o cabelo crespo é “pouco higienizado”, somos submetidas/os/es a um poder de controle do qual achamos que não podemos sair, e que por muitas vezes, como meio de sobrevivência, acabamos por naturalizar.

2.4 A narrativa da legislação

A sociedade brasileira possui o racismo entranhado em cada virada de esquina, em cada fechar de porta e em cada olhar desviado. A legislação que assegura direitos para a população negra é escassa e a garantia de eficácia delas é fonte de luta diária.

Nesse momento da conversa trata da criminalização do racismo. Almeida (2018) nos convida a dialogar sobre esta temática quando identifica dentre as muitas manifestações do racismo a *concepção individualista* (ALMEIDA, 2018). Segundo o autor, *sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo.* (p. 25)

As manifestações de racismo que se enquadram na referida concepção são aquelas cujos promotores são nomeados, não deixando margem de dúvida sobre a autoria. São manifestações visíveis, identificáveis, podendo-se olhar para o autor delas e dizer com todas as letras que ele está sendo racista. Nesta concepção, localizamos como exemplos uma violência policial direcionada, um xingamento especificamente racista, uma fala ou atitude agressiva que se dá por motivo racial. Essas manifestações de racismo, que podem ser gravadas, filmadas, registradas, ou seja, confirmadas, para a legislação são aquelas classificadas como de fato sendo racismo.

Entretanto, nós, pessoas pretas, sentimos todos os dias as dores daquele racismo que não é interpretado como crime, que se apresenta nas piadas, nos olhares, na interação cotidiana, e que foram “naturalizadas” no âmbito social. Almeida (2018) nos alerta que,

infelizmente, não é possível transitar tudo pelo âmbito das leis, já que acarretaria na prisão de toda uma sociedade. Sobre isso, disponho que o acesso universal ao conhecimento qualificado, longe de ser a solução para o racismo, pode ser uma via bastante significativa para a reflexão sobre a normalização social de comportamentos racistas. Infelizmente, as pautas que tratam das outras concepções de racismo são convencionalmente nomeadas como “mimimi”⁵.

Em meio às piadas sobre o cabelo crespo, o igualando às perucas de má qualidade, aos comentários sobre o formato do nariz de pessoas preta,; às chacotas identitárias sobre os tons mais retintos de pele buscando assemelhá-las ao piche ou à falta de luz, o racismo acaba matando, machucando fisicamente e escandalizando para ser considerado algo a ser passível de punição no âmbito da legislação. Não falo apenas em termos do regime prisional. Muitos atos racistas não chegam nem a ser julgados como tal e não produzem minimamente a doação de cestas básicas ou o cumprimento de horas comunitárias pelos seus autores. Alguns desses atos, inclusive, são lidos como direito à liberdade de expressão, tornando a vítima responsável pelo ato sofrido por não explicar ao agressor que o que ele está falando é algo racista.

Há também aquele racismo que não é demonstrado na fala direta, como uma “brincadeira”, ou uma violência, mas que está numa localizado numa estrutura que sustenta o funcionamento social: trata-se do racismo não falado, como nos chama a atenção Kilomba (2020), quando a pessoa preta no local é confundida com uma servente, sendo que ela é a responsável pelo setor; quando a criança preta é excluída pelas outras crianças nos espaços públicos de entretenimento infantil sem mesmo trocarem uma única palavra; quando na composição de comissões, em especial, daquelas cujas funções são gratificadas ou garantem algum status, as pessoas pretas são preteridas.

2.5 Pauta da conversa: a saúde mental da população negra

Como pessoas pretas, temos um turbilhão de sentimentos e reações que muitas vezes não sabemos de onde procedem. Medo e vigilância ao andar na rua, ansiedade ao falar, tristezas que vem em vão em momentos diferenciados e muitas manias que nos perseguem. Kilomba (2020) afirma que são marcas que os sujeitos possuem ao se olharem a partir da norma da branquitude.

⁵ Mimimi - gíria usada por pessoas que se posicionam como conservadoras para desvalidar falas de sujeitos marginalizados e/ ou em processo de emancipação social sobre suas questões individuais e plurais.

Fomos massacrados, torturados, vendidos, segregados e tidos como sub-humanos. Todos esses atos contra nossos corpos deixaram marcas que refletem em situações patológicas na nossa saúde mental. O que aconteceu com minha bisavó ainda é sentido pela minha mãe e também por mim. Somo a essa conta as minhas próprias vivências, pois o racismo por mais que seja uma palavra só, acontece em diferentes corpos de maneiras diferentes. Almeida (2018) nos explica que *o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.* (p.63)

Para muitos a resposta às condições de nossa saúde mental é o tratamento. Mas o que pode fazer no âmbito de um tratamento um sujeito que não tem gerência sobre o conjunto de agressões imposto cotidianamente a ele? Sobreviver! Sim, sobreviver. Negar suas próprias dores, suprimir suas ansiedades, chamar suas angústias de fraqueza e assim exigir desses sujeitos força, e não autocuidado. Certa vez, conversando com minha avó, ela me confessou várias angústias. Eu perguntei se ela na época que essas questões vieram à tona ela pensou em fazer terapia. Com o olhar distante, minha avó respondeu: *eu nunca pensei nisso, eu não tinha tempo para pensar nisso, eu tinha que sobreviver, tinha que criar meus filhos, ninguém falava sobre isso.*

Nossas expressões, nossa cor de pele, nosso cabelo são tidos como fora do padrão da branquitude, propositalmente. Nossas vidas que já são tolhidas por uma rotina de sobrevivência e não de vivência, também são controladas por um padrão que não nos preenche, nos fazendo nos sentirmos culpados por sermos como somos, diferentes, não pertencentes de algo, tendo que negar nossa própria imagem. *No racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa ter* (KILOMBA, 2020, p.39).

A população negra é inundada pelas cicatrizes ainda abertas da escravidão, pela ridicularização de seus traços, pela demonização das religiões de matriz africanas e pelo apagamento de suas falas. Nessa somatória, nos encontramos ansiosos em nossas ações, depressivos com nossa imagem, desvalorizados em nossos posicionamentos, com pânico da perseguição ao sair na rua. Todas essas situações acabam se transformando em condições patológicas.

Infelizmente, o acesso à saúde para a população negra é restrito e isso inclui os tratamentos de saúde mental. Também são negadas as informações e os princípios de autocuidado, fazendo com que a maioria pense que sintomas, sentimentos e emoções são para

serem classificados como fraquezas ou que somente poucos podem se dar ao luxo de tratá-los.

Mas como contornar essa situação, já que a cultura da branquitude é predominante no nosso país?

Podemos citar a amorosidade com os nossos enquanto princípio. Falo de um processo de cura que conecta tanto com aquelas que já se libertaram das amarras deste padrão, seja pela literatura, pela arte, pelo acolhimento, quanto aquelas que nem imaginam que isso é possível. Temos um sistema feito para nos colocar do outro lado das linhas abissais. Muitos de nós não acessamos autoras maravilhosas que nos abraçam, tais como Bell Hooks e Conceição Evaristo. Muitos não se leem num movimento interseccional. Então, creio que antes de exigir de quem é afetado pelo racismo cotidiano que tenha clareza de conceitos e abundância de leituras sobre essa questão, uma chave possível é envolver irmãos e irmãs em práticas de *diálogo e amorosidade*, tal como nos convida Freire (1992) como princípio para curas, encontros, pontos, insurgências e percepção de dores que muitos de nós acham que não sentem.

3 CONVERSAS COM QUEM SOBREVIVE

Nesta produção, nós conversamos. Nossas falas atravessam o outro e a nós mesmos e, a voz do outro nos transpassa como o som dos pássaros de manhã, acordando nossos sentidos para as experiências. Por isso, neste capítulo trago as narrativas de três pessoas pretas de lugares diferentes, com idades diferentes e perspectivas diferentes, mas que compartilham a experiência de ser preto neste país.

São três pessoas pretas que vivem diariamente com nuances e olhares do racismo. A primeira delas é Ana Lúcia que, aos 69 anos, compartilha conosco um pouco de sua história de vida, com percepções de uma geração que é diferente da minha; Ana Vitória é adolescente, estudante de escola pública e traz seu olhar de um lugar que lhe propõe experiências tolhidas diariamente; Leonardo tem 26 anos e está cursando o mestrado. Ele se posiciona em pautas raciais e LGBTQIA+. Sua narrativa é subsidiada pelo estudo e pela pesquisa em junção com suas experiências pessoais. São pessoas que sobrevivem frente às violências do racismo.

Para cada uma dessas conversas, convidei com amorosidade uma autora preta. Assim nosso diálogo, ainda que seja em parte real, em parte ficcional, foi acolhido num “nós” compartilhado.

Apresento a seguir o primeiro encontro de amorosidade.

3.1 O encontro de Ana Lúcia e Conceição Evaristo

Ana Lúcia, 69 anos (na ocasião da conversa, em 2020, ela tinha 68 anos) é mulher preta, nascida e criada no morro do Pau da Bandeira, em Vila Isabel, bairro da zona norte do Rio de Janeiro. Hoje é moradora do município de São Gonçalo, na zona leste fluminense.

Ana Lúcia se escolheu mais do que foi escolhida para esta pesquisa. Por ser minha avó, pode-se dizer que a vontade de conversar está no nosso DNA. Suas histórias banhadas pela infância, pela vivência com meu avô e estão presentes nas minhas narrativas desde que me entendo por gente. Algumas delas sei de cor, sem errar nem uma vírgula. Por isso, o atravessamento do seu narrar já era minha pesquisa muito antes de eu descobrir o que era pesquisa.

Então, quando chegou a hora de procurar pessoas para trazer suas narrativas, elas já estavam na minha mente fazia muito tempo.

Ao chegar à universidade, conheci a escrita de Conceição Evaristo, que ama ouvir histórias e acredito fielmente que Conceição Evaristo e Ana Lúcia se dariam muito bem.

Sempre que eu lia algumas das personagens de Evaristo e depois ouvia a minha avó, via muita simetria e, por vezes, confundia personagens com minha avó e minha avó com personagens. Na conversa há alegria em cada palavra e canto, mesmo com tantos sofrimentos. Sua história opera quase como um alerta para muitas mulheres. Por isso, trago Conceição Evaristo para conversar com as narrativas de Ana Lúcia .



Para começar, deixemos que Ana Lúcia se apresente, com algumas perguntas que fiz sobre ela e como ela se via no contexto.

Ana Lúcia: Meu nome é Ana Lúcia Fernandes Corrêa. Tenho 68 anos, fui nascida em 12 de fevereiro de 1952.

Ana Carolina: Você é daqui de São Gonçalo?

Ana Lúcia: Não! Eu sou do Rio.

Ana Carolina: Que local do Rio?

Ana Lúcia: Vila Isabel.

Ana Lúcia: Nascida e criada em Vila Isabel.

Ana Carolina: É...assim... eu vejo você,vó, Eu não sei se você tem esse esclarecimento...Pra mim você é uma mulher negra de pele clara. O que você acha?

Ana Lúcia: Eu sou parda?!

Ana Carolina: Você se acha parda?

Ana Lúcia: Dizem, né? Dizem que eu sou parda.

Ana Carolina: Dizem...

Ana Lúcia: Mas eu me considero negra.

Ana Lúcia, como muitas pessoas pretas de pele clara, acaba por ser embranquecida em muitos momentos de sua vida, quase como se sua negritude fosse algo que deve ser apagado de suas vidas. Mas, o embranquecimento não traz a anulação do racismo na vida, ele ainda se faz presente.

A fuga da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta morenidade contra a sua identidade negra tem aceitação garantida. O mesmo ocorre com aquele que afirma que o problema é somente de classe e não de raça. Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. São os discursos que o branco brasileiro nos ensinou, gosta de ouvir e que o negro que tem juízo obedece e repete. (CARNEIRO, 2004, p.5)

Ana Lúcia, me contou suas relações com o racismo, primeiramente na família.

Ana Lúcia: É... Eu tive racismo na própria família por parte de pai, porque meu pai era pardo também! Mas tinha irmã branca. Irmã e sobrinha. A filha dessa sobrinha do meu pai,ela não gostava de nós, porque nós éramos pretos .Ela dizia que ela não tinha tio preto e nem primo preto.

Aqui, Ana Lúcia me faz recordar a história de *Natalina Soledad*, personagem de Conceição Evaristo que acabou sendo excluída pela família por ter nascido a única menina, depois de seis filhos homens. Neste caso, Ana Lúcia acaba por ser excluída por ser negra, crescendo separada da família paterna. Essa experiência não é experimentada apenas por Ana Lúcia, mas por inúmeras meninas que são tratadas diferente das irmãs por terem cabelo mais crespo ou pele mais escura, por inúmeros meninos que têm seus cabelos raspados pelos pais todos os meses, por tantas crianças que são proibidas de brincar no sol, para que não fiquem mais “bronzeadas”.

A criança só herdou o silveira no sobrenome, porque a ausência desse indicador familiar poderia levantar a suspeita de que algo desonroso manchava a autoridade dele. E como não queria passar por mais esse vexame, permitiu que a coisa menina, mal-vinda ao seio familiar, fizesse parte da prole dele, mas só no nome. Com o

tempo, haveria de descobrir uma maneira de mantê-la longe, bem longe de casa. (EVARISTO, 2016, p.21)

Nessa expressão do racismo no âmbito familiar, talvez tenha sido o primeiro contato de Ana Lúcia com o mesmo, e isso desencadeia em distanciamento. Para uma criança, ser tida como diferente e ser negada por uma parte de sua família deixa marcas para a vida inteira, de modo consciente ou não. Por isso, acabei convidando para essa conversa outra personagem de Conceição Evaristo: *Rose Dusreis*, que traz na sua história o estupro de sua tataravó por um senhor de escravos, dando origem à sua família e, desde então, tornam-se serviçais da família de seu tataravô.

Mamãe, enquanto isso, com a menor de três anos, todos os dias madrugava e ganhava a cidade, onde trabalhava na casa da família Fontes dos Reis Menezes, os parentes ricos e longínquos de meu pai. Nó familiar inaugurado no tempo em que os homens da casa-grande eram donos dos corpos de mulheres, dos homens e das crianças das senzalas. Meu bisavô paterno era filho do coronel Fontes dos Reis com Filomena, a escrava de dentro de casa, a mãe preta dos filhos dele. Foi essa a origem do meu sobrenome, que, ao ser dito como Dusreis, nos originalizou e nos apartou daqueles, os Reis de Menezes, que não nos reconheciam nem como parentes distantes. (EVARISTO, 2016, p. 112)

Quantos corpos pretos devem ter histórias como essas? Quantas crianças nasceram do estupro do senhor de escravos sobre o corpo da mulher negra que trabalhava para ele? Trata-se da criança por vezes colocada numa posição de “trabalho mais brando”, por ter sangue do dono da casa. Tornava-se o privilegiado frente aos demais escravizados. O racismo faz negar o sangue, a culpa do estupro, a responsabilidade por vidas geradas e castigadas. Quantas dores ainda temos em nós, advindas dessas crianças que nunca receberam afeto desta parte da família, não eram consideradas humanas donas de suas próprias vidas, mesmo tendo sangue daqueles que tinham o tão sonhado “poder de viver”. Temos por muitas vezes medo de abandono, ansiedade ao sair do lar de nossos pais, impaciência com os sentimentos alheios, tudo isso fruto de marcas não curadas, marcas nos assolando há séculos.

A cultura tecida pela herança africana nos deu inúmeros meios de narrar quem somos, mesmo quando estávamos em processo de apagamento. Sobre isso, Evaristo (2009) afirma:

tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. Produtos culturais como a música, a dança, o jogo de capoeira, a culinária e certos modos de vivência religiosa são apontados como aspectos peculiares da nação brasileira, distinguindo certa africanidade reinventada no Brasil. (EVARISTO, 2009, p.17)

O samba faz parte dessa herança. Ana Lúcia, então, nos conta:

Ana Carolina: Você gosta de samba?

Ana Lúcia: Sempre gostei. Nasci no Carnaval.

Ana Carolina: Tem a Unidos de Vila Isabel. Você fazia parte? Você desfilava? Como é que era?

Ana Lúcia : Fazia parte... desfilava...

Ana Carolina: Desfilava? Você era passista? Era o quê?

Ana Lúcia: Fui passista durante muito tempo... saí em ala... já fiz de tudo. A única coisa que eu nunca saí foi de baiana, mas do resto...

Ana Carolina: Sua família tem alguma história com a Unidos de Vila Isabel? Você tem parentes lá?

Ana Lúcia: Minha mãe e meu pai. Minha mãe era baiana fundadora e meu pai também.

Ana Carolina: Eram dois fundadores?

Ana Lúcia: Eram dois fundadores da Vila Isabel. Eles ajudaram a fundar a Vila Isabel, a escola de samba!

Ao ouvir Ana Lúcia pude sentir seu orgulho ao falar sobre sua ancestralidade, que envolvia seu bairro e sua amada escola de samba. Mais uma vez chamo *Rose Dusreis* para a nossa conversa. Na verdade, trago o que Conceição Evaristo conta sobre ela, após vê-la dançar.

Essa força não finda, havia me garantido a bailarina, antes de se levantar para a sua dança final. Não finda! Pois o que se apresenta como revelação aos nossos olhos, aos nossos ouvidos, guarda insondáveis camadas do não visto e do não dito e eu digo do não escrito. (EVARISTO, 2016, p. 116)

O samba, seja através do cantar, do tocar ou do dançar, traz consigo a esperança, a dor, a cura, a resiliência e muitas outras afirmações e ações que os corpos pretos vêm ecoando dessa cultura. Além de brincar o carnaval, Ana Lúcia certamente experimentou a identidade racial em seus passos e gingados, assim como inúmeros outros corpos.

Nossa conversa com Ana Lúcia continua e ela pode compartilhar um momento muito marcante para ela: as demonstrações de racismo nos locais públicos.

Ana Carolina: Você ou algum amigo enfrentou alguma questão de preconceito?

Ana Lúcia: O preconceito eu enfrentava muito quando eu saía para fazer compras. Aí tinha preconceito, por exemplo, se entrasse numa loja. Várias vezes aconteceu isso, aqui em São Gonçalo mesmo, de entrar numa loja e a pessoa ficar andando atrás. Eu nunca me importei de andar bem vestida, bem arrumada para ir fazer uma compra. Eu acho que pra fazer uma compra você bota um... porque eu sempre gostei muito de usar bermuda jeans. Então, eu sempre usei muito bermuda jeans, sandalhinha, blusinha básica. Nunca fui de estar andando... de estar indo num shopping e fazer uma compra, toda bem vestida e bem arrumada. Então, quer dizer, tem lojas que, se você está bem vestida, as pessoas vêm correndo te atender. Se você está mal vestida, a pessoa não sai nem do lugar pra te atender e comigo aconteceu um pouco isso. Ou as pessoas ficaram andando muito atrás dentro do mercado Carrefour, por exemplo, assim que eu vim morar em São Gonçalo. Era horrível, porque tinha um cara que seguia, porque todo mês a gente fazia compra no Carrefour. Todo mês esse cara seguia a gente dentro do mercado porque ele achava que estávamos roubando. Todo mês era isso. Sua mãe mesma está aí para não me deixar mentir. Sua mãe viu isso várias vezes no Carrefour. Depois acho que esse menino que seguia a gente estudou com ela, ou trabalhou com ela, não sei... na escola, não sei. Aí, ela falou: então, sabe aquele fulano que ficava nos seguindo

dentro do Carrefour? Eu não sei se ele estudou com ela. Mas, eu nunca liguei pra isso, não! O importante é eu ter o dinheiro na minha mão pra pagar e a consciência tranquila. Tá bom?

Ana Carolina: Você teve três filhos. Dois meninos e uma menina. Você já viu eles sentirem alguma coisa em relação ao preconceito? Porque eles são bem retintos, principalmente minha mãe.

Ana Lúcia: Olha, se tinha, eles nunca reclamaram. Aqui no condomínio que o pessoal tinha mania. Muitas vezes, tinha duas pessoas, que inclusive já até morreram, que numa desavençazinha gritavam que eu era “nega do morro”. Que eu morei no Morro e eu dizia: Vim do morro mesmo com muito, muito...tenho muito orgulho! Tenho muito orgulho de ter vindo do morro e vir morar no mesmo lugar que vocês. Vocês têm nariz empinado e eu não tenho não! Eu vim do morro do Pau da Bandeira, graças a Deus, e não tenho vergonha de falar. Mas, vim pro mesmo lugar que vocês! Comprei casa no mesmo lugar que vocês compraram... E dizia pros meus filhos nunca baixarem a cabeça pra ninguém. “Vocês não abaixem a cabeça pra ninguém. Vocês vieram do morro? Vieram. Mas estão no mesmo patamar que eles.” Porque se eles querem morar bem, então eles não tinham que morar aqui em São Gonçalo, onde a gente mora. Eles tinham que ir pra Icaraí, São francisco, Piratininga. Tinha que ir para esses lugares, né? Mas não! Estão morando aqui. Eu me orgulho. Foi no morro que eu me casei, que tive meus três filhos. Graças a Deus, estão todos os três aí. Ninguém se extraviou para a vida errada, graças a Deus. Estão todos os três aí. Estudaram e se formaram. Eu tenho muito orgulho da minha negritude. Vim do morro? Vim do Morro do Pau da Bandeira em Vila Isabel. Não fui nascida lá no morro. Eu nasci no pé do morro, na famosa Rua Petrocochino. Martinho fala muito dessa rua. Então, foi ali que eu nasci, na Rua Petrocochino e depois que nós fomos morar lá no alto do morro porque meu pai ficou desempregado e não tinha como pagar mais aluguel. Aí, nós arranjamos um pedacinho. Minha mãe, meu avô... meu falecido avô construiu uma casa ali pra gente morar. Era um barraquinho. E moramos lá até eu sair. Mas o lugar ainda está lá. Ainda tem gente morando lá.

Neste momento, gostaria de chamar para a conversa a personagem *Regina Anastácia*, que acabou tendo um romance com um jovem de uma família dona de quase tudo em uma cidade. Mas não a trago para apresentar sua história de amor. Trago por causa do trecho em que ela conta sobre os escravizados que se reuniam em uma casa na cidade, para festejar suas crenças e planejar suas futuras fugas e assim, quando a abolição chegou, compraram a casa que virou o clube do “antes do sol se pôr”. Mas, por quê? Já vos conto.

Havia, porém, um único espaço na cidade que funcionava independente da intervenção dantanhense e que hoje é um clube chamado “Antes do sol se pôr”. De acordo com o que contavam os mais antigos da cidade, a origem do clube remontava aos tempos da escravatura. Dizem que, ali, havia uma velha casa de tapera, bem no vão da estrada, que se abria em três direções. No lugar alguns africanos e seus descendentes, ainda escravizados, se reuniam dançando e cantando. No premeditado folgado se despistavam da vigilância dos senhores, enquanto organizavam fugas do cativeiro. Tais encontros aconteciam aos domingos e dias santificados, pois os fazendeiros, muito católicos, normalmente liberavam os escravos nesses dias. Cantavam e dançavam desde o amanhecer até “Antes do sol se pôr”. Quando a noite ia baixando, alguns já sabiam qual direção da estrada deviam tomar. Esquerda? Direita? Em frente? Zâmbi, Olorum, Exu, Ogum, Senhora do Rosário, São Benedito com o Menino Jesus, Santa Efigênia dependendo da fé do fugitivo, cada um desses protetores, ou todos juntos, indicava qual caminho na liberdade quilombola. Mais tarde, quando a lei foi assinada, muitos dos escravizados, que trabalhavam na coleta do ouro e do diamante, já tinham uma economia própria e, juntos, construíram um salão que existe até hoje, no lugar exato em que ficava a tapera. Ali está localizado, hoje, o Clube Recreativo “Antes do sol se pôr” (EVARISTO, 2016, p. 129-130)

Afirmo aqui que a presença dos corpos negros nos lugares tomados para si pela branquitude promove um incômodo secular. Destituídos de todos os lugares, pretos e pretas forjam táticas para lidar com a exclusão. Isso faz com que precisemos o tempo todo afirmar que podemos estar em qualquer lugar.

Neste próximo momento da conversa destaco a reflexão acerca das reações mediante a situação de racismo.

Ana Carolina: Se você sofresse uma atitude racista hoje, qual seria sua reação?

Ana Lúcia: Olha, eu não sei como eu reagiria não. Não sei mesmo. Não sei se eu gritaria, se eu esparnariaria, não sei. Mas não ia deixar barato também não! Mas eu não sei qual seria a minha reação, eu só sei que eu não deixaria barato.

Ana Carolina: E se você visse alguém sofrendo racismo?

Ana Lúcia: Cairia em cima também! Eu com certeza ajudaria aquela pessoa.

Ana Carolina: Você não tem medo de reagirem contra você?

Ana Lúcia: Mas não tenho mesmo!

Ana Carolina: É que eu sei que muita gente não faz nada, mesmo sendo negro porque tem medo da reação das pessoas em cima dela.

Ana Lúcia: Eu não tenho medo, não! Eu cairia dentro e ajudaria. Mas... é como eu digo: se for comigo, eu não sei qual seria a reação. Se eu vir, eu tenho certeza que eu não fico quieta. Calada eu não vou ficar. E se eu sofrer um racismo, em qualquer lugar, eu não sei qual será a minha reação. Eu sei que eu não vou deixar barato, mas eu não sei qual vai ser a minha atitude.

Ana Lúcia, a meu ver, se identifica muito com *Shirley Paixão*, outra personagem de Conceição Evaristo, que viu uma de suas filhas adotivas ser violentada pelo pai biológico e acabou por agir por instinto. Acredito que exista certa cumplicidade que transborda de algumas pessoas e, ao vermos o outro sofrer alguma violência, não pensamos duas vezes antes de agir. A dor do outro passa ser a nossa, muitas vezes reagimos pelo outro o que não sabemos reagir por nós. Nunca soube muito bem como reagir quando sofria racismo. Hoje em dia já consigo me defender, mas no passado não era bem assim. Eu defendia aqueles que via sofrer com afinco e garras afiadas, como uma leoa defendendo seu grupo. No fundo, achava que ao ajudar na dor alheia, as minhas também seriam ajudadas.

Ana Lúcia é uma mulher resiliente e insubmissa. Age ao modo que a vida lhe ensinou a agir. Tem marcas como todos nós. Algumas são visíveis, outras estão pairando no silêncio e muitas são compartilhadas por diversos outros corpos pretos. Ela passou por muito racismo em sua vida e ainda passará por muitas vezes.

3.2 O encontro de Ana Vitória e Grada Kilomba

Ana Vitória hoje tem dezesseis anos. É uma mulher preta com um sorriso lindo, mas que pouco sorri. Sonha em ser modelo e ter um restaurante. Ana Vitória é minha irmã mais nova. Por anos, além das dores profundas herdadas em conjunto por viver em uma sociedade racista, pude também notar dores muito diferentes das vividas em minha experiência. Ser irmã mais velha foi o primeiro passo que tive para olhar para o outro sem esperar que ele responda às experiências da mesma forma como eu respondo. Temos corpos diferentes, personalidades diferentes e formas diferentes de processar nossos traumas. Ana Vitória, por mais que tenha ouvido todas as minhas histórias e do modo como lidei com as situações, teve momentos muito diferentes do meu com o racismo. Assim, por um tempo parou de sorrir, ficou irritada com as coisas, alisava o cabelo, usava roupas largas. Kilomba (2020) traz uma escrita reveladora trazendo para fora as dores que guardamos em nosso íntimo. Algumas vezes quando essas dores são tratadas, podem dar início a processo curativo.

Ana Vitória tem muitas dores que ecoam em sua voz. Penso que ao fazer com que ficcionalmente Kilomba e minha irmã se encontrem, talvez possamos iniciar um diálogo de amorosidade e quem sabe, um processo de cura.



Ana Carolina: Você já sofreu Racismo?

Ana Vitória : Já! Muitas vezes. Agora eu reajo mais ou menos e não fico tão triste quanto antes. Mas, no início, quando eu tinha onze anos mais ou menos, foi quando começaram. As pessoas me excluía. As pessoas brancas julgavam muito meu cabelo.

Quando Ana Vitória nos conta sobre ser excluída pelas pessoas brancas, sinto a intolerância mais forte do que nos xingamentos abertos. Isto porque quando somos crianças, e às vezes até na idade adulta, não sabemos como reagir frente ao racismo. O ser humano é um ser social, cuja interação e conversa se tornam frequentes em nossos cotidianos. Banir uma pessoa dessa interação por conta da cor de sua pele, da sua raça, da sua orientação sexual ou religião é um meio cruel e torturante de controle. Sobre isso, convido para a conversa Kilomba (2020), que nos explica:

No racismo cotidiano, a pessoa negra é usada como tela das projeções do que a sociedade branca tornou tabu. Tornamo-nos um depósito para medos e fantasias brancas do domínio da agressão ou da sexualidade. É por isso que, no racismo, a pessoa negra pode ser percebida como “intimidante” em um minuto e “desejável” no minuto seguinte. (KILOMBA, 2020 p.78)

Tais projeções são impostas sobre nós ainda muito cedo, sem nos dar tempo para reagir na maioria das vezes. Consequências disto são sentidas em nossos corpos ao longo da vida, como o medo de se juntar a um novo grupo de amigades ou o medo de ser julgada por uma resposta errada. A intolerância ainda na infância nos faz sujeitos com dificuldade de se socializar e nos coloca em âncoras depressivas, solitárias, frustradas e angustiantes.

Se você é uma pessoa preta, tenho a certeza de que já experimentou o sofrimento no espaço escolar. O lugar que deveria ser o nosso refúgio, um lugar de segurança, por muitas vezes acaba nos recebendo com práticas racistas. Não generalizo esta observação, visto que sou defensora da escola pública. Sou consciente da importância deste espaço enquanto lugar de acolhimento para muitos de nós. Somos muitos os que tivemos professores que nos ajudaram no processo de enfrentamento cotidiano do racismo. Porém, crianças e adolescentes brancos que crescem em ambientes racistas, sem pensarem na empatia ou no outro, reproduzem o racismo. Quem vive a opressão em casa, oprime na escola com o *bullying*, e quem é embranquecido, embranquece colegas constantemente.

Ana Vitória nos conta um pouco sobre a sua experiência na escola.

Ana Carolina: Sofreu racismo na escola ?

Ana Vitória: Demais! Sempre falaram na escola que se eu não estudasse que nem os meus irmãos, eu não iria chegar em lugar nenhum. Os professores que falavam no caso. Eu não sei se estavam dizendo sobre a minha cor, mas foi bem doloroso ouvir isso.

Ana Carolina: Você falou que sofreu várias manifestações de racismo na escola. Muitos foram com colegas de escola?

Ana Vitória: Foram! Já me chamaram de macaca. O garotinho que eu gostava na época, também fazia, e nunca gostavam de mim de volta, por causa da minha cor. Nunca demonstraram carinho ou interesse. A maioria dessas pessoas eram brancas ou negros de pele clara, ou pardo...nunca sei se esse termo pardo existe. Me falavam que eu teria que emagrecer, pra ser bonita igual as outras garotas, deixar o cabelo grande, esticar o cabelo.

Sobre o cabelo, Kilomba (2020) nos explica:

Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravidão. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilizado. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos” da negritude. (KILOMBA, 2020, p. 127)

Eu não possuo o cabelo crespo, mas vi durante meus anos de escola sobre aqueles que tinham. Inúmeras vezes vi meninas chegando na escola com reações alérgicas a algum produto químico utilizado nos cabelos, com feridas abertas. Meninas que passavam limão nas axilas e nos joelhos para clarear e tinham que ir ao hospital tratar as queimaduras. A dor não fica apenas escondida nos baús do subconsciente. Ela vem ao físico e fica exposta. Mas parece não haver compadecimento de ninguém. Só reafirmações de que aquilo era necessário, deixando esses sujeitos sem amparo e se odiando; Odiando seus cabelos, seu nariz, sua boca, suas mãos.

Ainda neste momento de falar sobre nossos corpos pretos, eu continuo com mais uma parte da conversa com Ana Vitória:

Ana Carolina: Então para eles tudo bem ser negra desde que você tenha um corpo bonito? Ou não?

Ana Vitória: É. Eu, por exemplo, modificava minha aparência.

Ana Carolina: Isso era doloroso?

Ana Vitória: Era de certa forma! Eu me sentia em um lugar, igual às outras meninas. Mas modificava muito meu cabelo e quem eu era. Eu não era aquela menina de cabelo liso.

Ana Carolina: Como foi esse processo de você sair do cabelo liso?

Ana Vitória: Foi quando eu comecei a ver as outras mulheres assumindo o seu próprio cabelo. Aí eu comecei a pensar também. Vi que o cabelo liso não era meu lugar. Mas, não foi tão fácil pra mim, porque eu não saí exatamente da progressiva para o natural. Eu assumi o cabelo durante seis meses, com umas partes lisas, mas eu não consegui porque as pessoas falavam que era muito alto e desisti. Eu fiz relaxamento por um tempo para ele ficar com a raiz baixinha, mas, ficar cacheadinho. E esse ano, não sei o que aconteceu comigo, “deu a louca” e eu cortei o cabelo com química todo.

Ana Carolina: Você se sente mal com esses lugares que colocaram o seu corpo? Gorda, “cabelo duro”, etc?

Ana Vitória: Eu me sinto, mas... tem dias que eu acordo com aquela vontade de “eu não to nem aí pra sua opinião. Eu sou do jeito que eu sou”; E tem dias que a gente acorda muito mal e, não consegue lutar, reagir.

Ana Vitória, creio que teria uma conversa interessante com Alícia, uma das mulheres que Kilomba (2020) traz em seu livro quando ela comenta:

[Quando criança] quando *peessoas negras* olhavam para mim, eu sabia que eu tinha algo a ver com elas, mas não queria porque eu não queria ser vista como *Neger*, como elas eram. Eu pensava que havia algo muito errado com isso. Havia todas essas imagens terríveis de pessoas *negras* nos livros, por exemplo... ou na televisão, nas notícias, nos jornais, basicamente em todos os lugares. Em toda parte... Ainda hoje, isso é tão...Então, quando criança eu não queria ser como elas e, ao mesmo tempo, eu era uma delas, e eu sabia disso. Uma situação difícil... (KILOMBA, 2020, p. 152)

Alícia, assim como Ana Vitória, teve todas as negativas colocadas sobre os corpos pretos empurradas por suas gargantas, quando crianças. Ana Vitória elucida que ainda teve muito atravessamento da interseccionalidade em sua vida, por causa das investidas negativas sobre seu corpo. Ambas se põem no lugar de não querer abraçar suas características naturais, por olharem seus semelhantes serem colocados em lugares ruins, maliciosos, de opressão. Muitas vezes o oprimido tenta não se parecer com os demais oprimidos, para sair da zona da dor e da comparação. Por isso, cabelos são alisados, cirurgias são feitas, dentes são refeitos. Gostaria de dizer que não estou aqui para questionar quem se sente completo e feliz com o cabelo quimicamente alisado. Trato de um lugar diferente. Do lugar de quem é colocado nesta posição por opressão e por medo de gostar de si. E assim, Kilomba (2020) continua um pouco sobre este momento de Alícia:

Alicia tinha medo de olhar para outras pessoas negras, não por causa do que elas eram negras, mas por causa de como a negritude era vista: como uma ameaça. O medo de olhar de volta se dava em resposta à situação opressiva de ter de se identificar com uma imagem ameaçadora que ela não podia reconhecer como sendo de si mesma. (KILOMBA, 2020, p.153)

Muitas inseguranças que temos são frutos do julgamento cotidiano de pessoas pretas pelo pensamento hegemônico europeu branco e pela *heterocisnormatividade*. Sabemos que somos pretos desde crianças, nossos parentes nos chamam carinhosamente de “pretinha/o” (no meu caso, “negona linda” pela minha avó). O momento em que saímos de algo pleno de afetos tecido no seio familiar para algo ruim e feio pelo resto da sociedade é traumático e dói mais do que podemos falar. Tanto que nem o acolhimento familiar é suficiente para curar. São as dores que, como narrou Ana Vitória, nos fazem sentir mal, mesmo que já tenhamos a consciência de tudo o que sofremos.

Ana Carolina: Se você visse uma pessoa sofrendo racismo na rua, como você reagiria? O que você faria?

Ana Vitória: Eu realmente não sei. Às vezes passa na minha mente que eu tô vendo ela sofrer racismo e homofobia e vou lá defender ela. É claro que eu quero defender muito essa pessoa, mas eu fico com medo de acabar acontecendo o mesmo comigo, de virar pra mim, de serem agressivos comigo também. Mas é claro que eu não quero que essa pessoa sofra aquilo, então eu tentaria ajudar de alguma forma. Mas eu não consigo pensar agora como.

Em simetria com a narrativa de Ana Vitória, Kilomba (2020), escreva da narrativa de Alícia, compartilhe:

Uma vez um jovem me cumprimentou na rua e eu olhei para ele muito chateada e perguntei: ‘com licença, nós nos conhecemos?’ Ele, então, olhou para mim e disse: ‘Não... *Sistah!*’ e continuou andando. Eu fiquei paralisada...queria ficar chateada, mas ao mesmo tempo...aquilo tocou meu coração. Ele agia tão naturalmente...e ele me chamou de irmã, isso foi tão confuso. Irmã. Aquilo foi muito... amoroso. Ele era um estranho e naquele momento eu senti o quanto nós tínhamos em comum, sabe... eu era sua irmã e ele era meu irmão, mas nós não nos conhecíamos - isso é forte demais. Eu acho que era o que eu estava evitando o tempo todo... É como se ele estivesse dizendo: ‘Sim, *sistah*, eu sei o que você passou. Eu também. Mas estou aqui...Você não está sozinha.’ (KILOMBA, 2020, p. 210)

O motivo de ter trazido Alícia para esse momento final é que, tanto Alicia quanto Ana Vitória possuem traumas bem fortes. E demonstram suas dificuldades ao se identificar com os demais corpos pretos, por causa de como somos retratados na sociedade. E assim, negligenciam a sua própria imagem, o que também interfere no caso de Ana Vitória sobre ter medo de ser tão oprimida quanto quem está sofrendo a ação racista.

Acredito que a ancestralidade e a solidariedade são auxiliares fundamentais no processo de cura, autoconhecimento e tratamento contínuo. Ao retornarmos aos saberes da ancestralidade e nos conectarmos, tendo história, tendo beleza em nossos traços, nós encontramos a solidariedade e o alento para nossas dores. Porém, infelizmente, temos em nós as dores de nossos pais, avós e tataravós somadas às nossas, logo todo esse processo deve ser constante, já que a sociedade todos os dias e das mais dolorosas formas, nos diz que não deveríamos nem existir.

Alícia encontrou alguém que lhe chamou de *sistah*, a irmandade, e alguma legitimidade de sua dor compartilhada.

Ana Vitória é uma mulher linda, que está em processo de cura e que, neste trabalho, desejo que ela encontre seu alento e sua luta.

3.3 O encontro de Leonardo com Carla Akotirene

Leonardo é um homem preto, tem 26 anos, LGBTQIA+, professor e estudante de mestrado. Leonardo tem muita história para nos contar e carrega um percurso atravessado pelo seu pertencimento ao candomblé. Leonardo tem ideias fortes e, ao mesmo tempo, o sorriso mais acolhedor que eu já vi. Diferente das duas primeiras conversas, a conversa com Leo traz dois outros modos de olhar: o olhar do homem preto e do corpo preto que está ciente das conversas no campo acadêmico e de como nós, pessoas pretas, estamos ocupando este lugar.

Convido para a conversa com Leonardo a sabedoria de Akotirene (2020), pois acredito que se eu pudesse ter uma conversa em casa, ou em uma mesa de faculdade e pudesse juntar Leonardo e Carla Akotirene, seria a oportunidade mais mágica e acalentadora que eu poderia experimentar. Nesse sentido, decido inventar essa conversa acalentada pelo sonho de um dia vê-la materializada.



Leonardo: Então,...eu sou Leonardo. Eu sou professor de Química formado pela UFRJ, licenciado em Química. Entrei na graduação em 2012 e me formei em 2019. Dois meses depois, reingressei na universidade, no curso de Pedagogia, também na UFRJ. E estou lá até hoje! Neste ano, 2020, fui aprovado na seleção de Mestrado em Educação na PUC/RIO e estou terminando o primeiro ano de mestrado. Atuo como professor de uma escola privada, aqui no Município do Rio.

Ana Carolina: Se um recenseador do IBGE batesse na sua porta hoje e perguntasse como você colocaria no questionário, se você é branco, preto, pardo ou indígena, qual seria a sua resposta?

Leonardo: Preto! Hoje eu colocaria preto.

Ana Carolina: Para você, Leonardo, como é ser uma pessoa preta na sociedade atual?

Leonardo: Ai, que pergunta difícil! Ser uma pessoa preta na sociedade atual? Eu não sei se eu posso generalizar, porque eu acho que cada preto vive a sua negritude de uma forma diferente. Mas eu posso falar da minha. Ter que provar o tempo todo que você é bom, o tempo todo você tem que mostrar que você é o que escreve melhor, o que dá aula melhor, é o que consegue falar para os outros melhor. O tempo todo você tem que provar alguma coisa nem que seja para você mesmo porque você se construiu assim sabe! Eu sinto que ser preto na sociedade hoje é ter que provar o tempo todo que você é bom. Quando eu penso assim, sei lá, ser parado pela polícia, eu tenho que provar que eu sou professor, por exemplo. Eu teria que provar que eu contribuo de alguma forma pra sociedade, eu não posso ser um preto desempregado, porque a polícia pode não gostar disso, sabe? E também acho que ser preto na sociedade hoje é ter obrigação de entender sua negritude. Eu acho que não tem como mais os pretos não começarem a se entender, principalmente os pretos que estão na academia. Eu acho que os pretos que estão na academia têm que mostrar essa negritude o tempo todo e, provar que ser preto é bom, ser uma pessoa boa e ser um profissional bom.... E ter consciência do lugar que você ocupa, sabe? É você ter essa consciência e fazer o melhor possível para abrir portas para os outros. Eu sei que o esforço que eu faço hoje, por exemplo, num mestrado numa universidade que sempre foi elitista, é eu estar lá e dar a minha cara, mostrar para os pretos que eles podem fazer isso, que eles podem estar neste espaço. Vou falar do meu lugar, também, de novo, como preto que está na academia: é ter um pouco mais de empatia com os pretos que não estão, que não imprintam negritude. A gente é muito pouco didático. Eu sinto que é uma obrigação nossa ter esta didática, assim neste termo, com quem não está. É um trabalho de formiguinha, sabe? Eu sou preto e minha família quase toda também é preta, então, é trabalho de formiguinha. É você chegar e falar da negritude, você falar do que é o racismo, falar do que o racismo mudou na vida deles que eles nem conseguem perceber. Mas tudo na maior calma possível, não é rangendo os dentes e, ficar pensando que a gente vai conseguir fazer com que as pessoas entendam o que é a negritude e como é bom trabalhar isto dentro de si.

Leonardo nos convida a pensar sobre como nós, enquanto corpos pretos, estamos sempre em uma competição interna. Somos cobrados para que sejamos impecáveis. Não temos o direito de falhar. Caso não nos comportemos como os melhores de uma turma na escola, não nos coloquemos no estereótipo da criança preta esforçada, infelizmente seremos carimbados com outros estereótipos desqualificantes, dentro do ambiente escolar que reproduz racismo e desigualdades.

Isso nos deixa marcas, nos deixa à mercê da ansiedade, do perfeccionismo viciante e da produtividade exagerada, o descontrolado medo do fraco e a procrastinação depressiva. Quando nos colocamos no estereótipo da criança preta esforçada, automaticamente ganhamos condições patológicas fortes de saúde mental que vão nos acompanhar para sempre. A todo

momento, parece que o esforço pode nos tirar do lugar de quem somos: de sermos pretos e pretas. Mas isso não vai e nem deve mudar. Nossa cor, nossas formas, nossos cabelos, são orgulho, são amor. Infelizmente muitos e muitas só percebem isso ao se encontrarem com a ancestralidade, que narra para nós, por nós e através de nós. Entretanto, a maioria não se encontra com ela e se nega por toda a vida. Como Leonardo nos sugere, se faz importante tecer esse trabalho diário, ainda que pareça um trabalho pequeno, com todos aqueles que ainda não acessam essa consciência. Sobre isso, trago uma citação de Akotirene (2020), para lembrarmos de que não importa o lugar onde estamos, sempre seremos corpos negros.

Pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo. Na profusão de identidades viajantes, contingentes, fluidas, a cor da pele não se desarticula da identidade preta, a qual, em tese, poderia ser vista como de brasileiro impedido de entrar nos Estados Unidos, da mesma forma os africanos pretos, comumente vistos africanos e não pelas nacionalidades recém-chegadas no Brasil. Sabe por quê? Não podemos fugir da raça e das conexões entre categorias analíticas, quem bem sabe disso é o projeto intelectual negro. (AKOTIRENE, 2020, p. 30)

Somos plurais e, mais que isso, multiplurais. Não somos apenas mulheres, homens e não binários pretos, pretas e pretes. Temos religiões, gostos, preferências, sentimentos, pensamentos e muitas outras coisas que mudam e “desmudam” dentro de nós.

Ana Carolina: Por você ser um homem preto, os lugares que você ocupa como religião, orientação sexual, são um item a mais para você sofrer preconceito e racismo?

Leonardo: Nossa, muito! Vamos lá, na religião nem tanto, porque eu sou de religião de matriz africana, né? Sou do candomblé, fica aí como registro! Eu sou candomblecista e me descobri candomblecista no mesmo momento e no mesmo processo de me descobrir homossexual. Foi no mesmo mês. O fato de eu ser preto no candomblé, pra mim, não sei para os outros, mas para mim, é trabalhar muito com a ancestralidade. Eu vivo o candomblé 24 horas por dia, eu vejo orixá na linha do trem, eu vejo orixá na pessoa que eu converso na rua, eu vejo orixá em tudo. E eu vejo quando eu estou no meu terreiro, sinto que eu tô naquele espaço e aquele terreiro existe porque os meus ancestrais, seja lá de onde forem, porque a gente não sabe de onde vem... eu só tenho registro até minha bisavó e todo mundo já era brasileiro, então, eu não sei de que país da África eles vieram, mas eu sei que algum deles resistiu para aquele espaço existir. Aquele espaço onde a minha espiritualidade não é um problema. Mas agora no meio LGBT, vamos lá... Aí tem história! Quando eu me descobri homossexual, eu não tinha contato com homossexuais. Então, eu fui me aproximando mais na faculdade, foi lá que eu fiz amigos. Eu já fui para espaços, sabe? Boates... aqueles lugares na praia que são específicos para LGBTs foi assim que eu fui me inserindo e vendo outras pessoas LGBTs e me interessando por homens, óbvio. Eu via, tal como com a questão racial, que o espaço de paquera e de atração também era um espaço de disputa em que eu sempre perdia, eu sempre perdia para a pessoa branca! Eu sempre perdia, assim...eu sempre perdia. E teve um caso, assim, mais emblemático. Eu lembro até hoje. Eu tenho uma prima-irmã, tem a mesma idade que eu. A gente cresceu juntos. A gente faz tudo juntos. Ela já até casou. Quando eu fui conhecer o atual marido dela, eles falaram assim: “Ah, Leo! Vamos numa boate que você gosta, que você fica mais à vontade. A gente não precisa ir para um lugar hetero, não. É para você ficar desconfortável e tal!” Não que

eu não goste de ir em lugar hetero, porque pagode é comigo mesmo! Adoro! Sou desses! Mas eu falei: "Tá bom, então! Vamos para um lugar que eu goste, que é open bar, e vai ter um garoto lá que eu já estou ficando há muito tempo e eu avisei para ele que eu iria." Ok, cheguei na boate! Quando eu chego na boate, o garoto vem me dar um abraço. A gente estava ficando há dois meses direto. Ele me dá um abraço e fala: "Ah! Hoje não vai rolar!" Aí, eu falei: "Mas por quê?" "Ah! Porque eu vou ter que ir embora cedo, e você está aí com a sua família. Eu não vou ficar te atrapalhando, não." Eu falei: "Ta bom!" A boate era enorme. Era uma boate imensa, assim, três andares de boate. Aí eu falei: " Gente, vou dar uma volta lá no bar!" Quando eu fui, estava o tal garoto se atracando com um branco. E eu estava crente que eu estava quase namorando com ele. Na minha cabeça, a disputa de que eu estava falando, eu já tinha levado. Eu já tinha ganhado. Voltei para encontrar minha prima e falei: "Prima, vamos embora! Não estou bem, não estou legal, não esta rolando." E quando eu entrei em contato com outros homens gays pretos, eu entendi que aquilo não foi um caso particular meu. Todos eles têm uma história para contar parecida. Meus amigos da faculdade, Bernardo, Anderson, todos eles têm histórias para me contar com as quais a gente se identifica. E é muito ruim, porque eu vejo que a gente trabalha muito a negritude na dor, pelas marcas do racismo que a gente sofreu. A gente não trabalha a negritude pelas coisas boas: que as pessoas são maravilhosas, que nossa pele é bonita, que o nosso cabelo é bonito. Os encontros com outros homens pretos e gays, esses encontros também são proporcionados pela dor. Eu virei amigo deles, pelas experiências ruins que a gente passou e não deveria ser isso, né? Devia ser pelas experiências boas, pelos momentos bons que a gente vive. Mas a primeira identificação que a gente tem como pessoa preta, é pelo racismo que a gente sofreu. E isso é horrível! Cadê os nossos ancestrais? Cadê a beleza? É muito desolador... É muito potente também, óbvio, porque temos que ser realistas. Mas é muito sofrido pensar neste sentido. Eu penso assim: eu me tornei amigo deles a partir do momento em que a gente compartilhou os momentos ruins, não as experiências boas. Hoje em dia, a gente já evoluiu, a gente já consegue trazer outras narrativas, outras coisas boas para se conectar enquanto amigos. Mas, o primeiro passo foi pela dor e é muito ruim isso! Eu acho muito sofrido a gente pensar que os pretos se unem pela dor e não pelo amor em comum, pela comunhão da ancestralidade. Por isso que eu gosto do candomblé! Porque no candomblé fazem as coisas pela ancestralidade, para cultuar orixá, para ver deuses pretos. Uma das minhas paixões pelo Candomblé é por conta disso. Eu não estou lá discutindo negritude pelo caminho da dor, pelo caminho do racismo. É por outro caminho.

Multi-plurais, com sentimentos pulsando dentro de nós. Assim como Leonardo, por muitas vezes tive que lutar para que gostassem de mim, para que me escolhessem. Em meu caso, sou preta, gorda e o modo como habito meu corpo não se encaixa por muitas vezes no que se espera de uma pessoa como eu (o modo como me visto, como ando, como falo). O homem preto gay possui apagamentos e hipersexualizações que eu jamais sofrerei em meu corpo, mas que possui o nós compartilhado de não poder escolher quem amar. Essa dor nos persegue. Nunca nos achamos bons o suficiente, nos contentamos com relacionamentos ruins e nocivos pelo medo da solidão, nos calamos nas "pequenas" humilhações, choramos escondido, desistimos de amar, levamos a libertinagem para níveis tóxicos e trancamos nossa mente.

Sobre isso, Akotirene (2020) conversa com Leonardo.

De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica. Ora, o androcentrismo da ciência

moderna imputou às fêmeas o lugar social das mulheres, descritas como machos castrados, estereotipadas de fracas, mães compulsórias, assim como os pretos caracterizados de não humanos, macacos engaiolados pelo racismo epistêmico. (AKOTIRENE, 2020, p. 23)

Somos tolhidos por nossas subjetividades ao somá-las ao racismo e ao pensamento colonial. E mesmo quando achamos que estamos inseridos em teias sociais, sejam elas os movimentos trabalhistas, o feminismo e o próprio movimento LGBTQIA+, notamos que os mesmos por muitas ocasiões nos escondem, nos deixam de lado. Não só porque somos pretos, mas porque somos pretos e plurais, em diversas pautas, com diversas dores. Pedimos para sermos escolhidos, como no amor.

Assim, Akotirene (2020) explica:

o problema não está necessariamente nas respostas identitárias dadas à matriz colonial, mas quais metodologias usamos para formular tais respostas, que, não raro, enveredam para uma dependência epistemológica da Europa Ocidental e Estados Unidos; a exemplo, feminismo da mulher universal e marxismo. (AKOTIRENE, 2020, p. 23)

E continuamos ouvindo Leonardo:

Ana Carolina: Com a sua vivência, se você visse uma pessoa sofrendo racismo, hoje em dia, qual seria a sua reação? Essa reação é diferente das que você teve no passado?

Leonardo: Olha, o que eu faria hoje? Primeiro perguntar se a pessoa está bem. A primeira coisa que tem que fazer não é ir lá brigar com a outra pessoa. É ver a pessoa que sofreu, que foi ferida. Eu acho que é o primeiro passo. Depois briga, filma, denuncia. Mas o primeiro passo não é você ir lá combater, porque a pessoa fica lá com uma ferida e a ferida da pessoa não passa. A pessoa sofreu racismo, a ferida está ali, e você vai comprar o barulho. Eu sempre falo com meus amigos pretos e até com meu namorado que a gente sempre fala de Martin Luther King e de Malcolm X. Tem uma diferença no combate ao racismo. Eles são bem diferentes. A concepção de cultura bate diferente. Eu sempre falo que eu sou mais o Martin do que o Malcolm, porque eu prefiro batalhar depois. Eu prefiro cuidar da pessoa. A pessoa está sofrendo racismo na minha frente, eu vi, primeiro eu tenho raiva, pois sou muito impulsivo, mas aí eu controlo. Porque eu aprendi que não adianta você ranger os dentes. Tem gente que consegue resolver assim. Eu não. Eu vou e pergunto se está bem? Vamos conversar... o que aconteceu? Como está se sentindo? O que eu posso fazer para te ajudar? Aí, depois eu vou lá brigar. Depois eu vou lá comprar o barulho. Mas eu aprendi que, para mim, e também com meus amigos, pelas situações que eu presenciei, que primeiro tem que ver como a pessoa está. Porque posso até brigar com o filho da puta racista, mas a pessoa vai pra casa e começa a chorar e não sai do quarto nunca mais. Eu já presenciei isso. Eu já tive que ir lá resgatar pessoas que estavam péssimas por conta do racismo que sofreram. Amigos e amigas minhas que eu tive que ir lá resgatar. Então, primeiro eu vou olhar para a pessoa, porque para mim, foda-se o racista. A pessoa preta é quem me

importa. Então, é para ela que eu tenho que olhar primeiro. E depois a gente briga em coletivo, chama mais uma pessoa para a união. É isso!

Ana Carolina: E a gente grita junto!

Leonardo: Isso! Cara, um grito isolado não vai fazer a diferença, ainda mais na sociedade em que a gente vive. A gente tem que tratar das pessoas, para elas entenderem a negritude delas e como elas podem combater o que o racismo faz com elas. Tratar a saúde mental para todo mundo ter condições de lutar junto, porque senão, não vai para frente, não adianta nada.

Leonardo conversa sobre como são importantes nossas redes, nossa liberdade para fora do pensamento colonial em que nos colocaram e que nos afligem. Assim como nossas dores de hoje vem de um sofrimento ancestral, nosso processo de cura também perdurará pelas nossas futuras gerações. A ancestralidade é um caminho. Com ela, poderá vir o amor próprio, o amor por irmãos e irmãs, a vontade de lutar e a revelação que nossas tristezas não têm remetente desde o tempo da escravização.

Akotirene (2020) nos fala:

Os letramentos ancestrais evitam pensarmos em termos como "problema negro", "problema da mulher" e "questão das travestis. Aprendamos com a pensadora Grada Kilomba que as diferenças são sempre relacionais, todas e todos são diferentes uns em relação aos outros. Raciocínio exato sobre a interseccionalidade, desinteressada nas diferenças identitárias, mas nas desigualdades impostas pela matriz de opressão. (AKOTIRENE, 2020, p. 50)

Leonardo, diferentemente de Ana Vitória e Ana Lúcia, está presente na universidade e passou por processos de emancipação que elas não passaram. Porém, é notável que o esclarecimento não torna as coisas mais fáceis e muito menos coloca ataduras nas feridas que ele tem.

4 CONVERSAS COM QUEM APRENDE

Quando fiz 18 anos e acabei meu Ensino Médio, já tinha certo entendimento dentro de mim, sem saber nomear as minhas dores (embora eu já soubesse o significado da palavra racismo)! Mas eu tinha uma rotina fixa. Ao “sair” para o mundo e me colocar em outros lugares com outros sujeitos, notei que as dores aumentavam ainda mais e achava que a culpa era minha, porque eu era diferente do que haviam me ensinado como sendo o padrão .

Ao chegar à universidade, ao ter acesso à literatura preta e ao iniciar estudos sobre a pesquisa narrativa, aprendi a nomear muitas das minhas feridas. Continuo aprendendo, continuo descobrindo, continuo identificando marcas que eu não sabia que tinha, traumas que ecoam em minhas práticas. São traumas que também ecoam no corpo de outras pessoas, de forma diferente, mas ao mesmo tempo sendo compartilhados por todos nós.

Abro assim a nossa última conversa que conta com as minhas reflexões a partir de tudo o que foi apresentado aqui. Em parceria com algumas das autoras que apareceram em outros momentos nesse texto, inicio esta última música cantada antes de irmos embora. Mas, espero que vocês continuem querendo conversar sobre nosso tema, nunca parando, nunca se dando por satisfeitos/as, sempre questionando.

4.1 Roda de conversa

Bom dia! Boa tarde! Boa noite! Gostaria de sentir se até aqui você que me lê teve uma leitura que a/o/e contemple de alguma forma. Agora, trarei algumas reflexões sobre a nossa pesquisa. Mas não farei isso sozinha. Chamo para este momento da conversa também algumas das autoras que já se mostraram por aqui.

Se você é uma pessoa branca, peço com todos os tremores de meus ossos que considere nossas dores, que fale delas para seus iguais, sem desvalorização ou escárnio. Peço que nos escute, já que nossos choros são ignorados desde os tempos que chorávamos nas senzalas ou acorrentados nos troncos.

Como nos fala Kilomba (2020):

não escutar é uma estratégia que protege o *sujeito branco* de reconhecer o mundo subjetivo das *pessoas negras*. Historicamente, isso tem sido usado como marca da opressão, pois significa negar a subjetividade de pessoas *negras*, bem como seus relatos pessoais de racismo (KILOMBA, 2020, p. 122-123)

A escrita de nós e a busca da ancestralidade (mais uma vez enfatizo) nos permite olhar para nossas experiências subjetivas e ao mesmo tempo plurais. São olhares que nos fazem sair da câmara hegemônica e colonial que nossas mentes e corpos foram postos. Essa câmara busca fazer com que nos neguemos todos os dias, nos odiemos, nos deixemos ridicularizar.

Sobre isso, Akotirene (2020) conversa:

Movida por *escrevivências*, como Conceição Evaristo, proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d'águas atlânticas. Mulheres negras infiltradas na Academia, engajadas em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros. Lavouras identitárias plantam negritudes onde não existem e impõem para nossos úteros significados ociosos e ocidentais do feminismo branco em detrimento da matripotência iorubana. (AKOTIRENE, 2020, p.22)

Sangramos e estamos em lugares diferentes das pessoas brancas. A mulher não é universal, por exemplo. Árabes, pretas, indígenas, orientais dizem que temos todas as mesmas pautas e isso nos apaga reforçando traumas das dores não curadas. Assim, Ribeiro (2018) nos traz que:

quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. (RIBEIRO, 2018, p.25)

Falo muito sobre processo de cura, mas não digo que a autobiografia e a pesquisa narrativa são processos curativos. Elas nos fazem teorizar momentos, narrativas, dores e questões que nos permeiam, que são compartilhados e singulares na mesma medida. Isso nos possibilita olhar temporalmente a vivência, o cotidiano, a ancestralidade, e nos permite entrar nos tão desejados processos curativos.

Assim, nos permitimos sentir, saber de onde vem a dor e porque dói, nos permite olhar para fora de onde colocaram nossos corpos. Essa *escrevivência*, que se dá de forma a sentir os cheiros, gostos, sensações, lágrimas e dores, nos abre as portas para perceber esse nós compartilhado. E com Leonardo aprendemos que essa partilha precisa também ser um compartilhar de potências, de belezas, de coisas boas. Talvez, dessa forma, possamos com ajuda da via narrativa curar e sermos curados.

Sobre isso, Hooks (2013) contribui.

Não é fácil dar nome à nossa dor, teorizar a partir deste lugar. Sou grata a muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meios para mapear novas jornadas teóricas. (HOOKS, 2013, p.103)

4.2 Terminando as conversas de hoje, pensando nas conversas de amanhã

O assunto não acabou. Não pode acabar aqui. Tem muito mais por vir, já que os sentimentos são profundos e as narrativas são inúmeras.

O racismo está entranhado na nossa sociedade, *estruturalmente, individualmente*, nos cercando nas interseccionalidades que nos constituem. Todas as ações racistas que são direcionadas aos corpos pretos geram dores, traumas, marcas. São tão fortes que vão se acumulando e gerando prejuízos à saúde mental dos mesmos.

Essas marcas são múltiplas e, mesmo que eu compartilhe as minhas com vc, sendo elas originárias da mesma manifestação racista e advindas da mesma pessoa, eu as sinto em mim de muitas formas, que podem ser muito diferentes dos modos como você sente. Nesse sentido, ao trazermos um tipo de pesquisa que permite ouvir essas questões, sem quantificá-las ou mensurá-las, busco encorajar outras pessoas a lidarem com suas dores, a identificarem seus lugares e a trilharem seu caminho de autoconhecimento.

Contribuir no processo de emancipação também abrange abrigar os outros. Não afirmo que seja necessário hipertutelar (embora as pessoas pretas mereçam esse denço depois de tanto sofrimento). Oportunizar o contato de pessoas pretas com a literatura preta, autoras e autores que conversem com seus cotidianos, que compartilhem de suas marcas pode ser uma via possível. Pensar em conversas contra-hegemônicas, que não reproduzam vozes duras que nos matam aos pouquinhos, pode também ser um caminho.

Termino por aqui esperando que a conversa tenha sido boa para você e que as portas de uma vida mais acolhedora, digna e respeitosa possam se abrir. Até a nossa próxima conversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. IN: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; Alves, Nilda (orgs.). *Pesquisas nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

BARBOSA, C. V., NETO, J. F. da S. A desconstrução da heterocisnormatividade: o reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais para a “transparentalidade” ou “parentalidatrans”. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, v. 6, n. 1, pp. 55- 74, 2020.

CARNEIRO, Suely. *Negros de pele clara*. *Jornal Correio Braziliense*, Coluna Opinião, 29/05/2004, p. 5.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLANDININ, D. J., CONNELLY, F. M. *Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.13, n.25, p. 17-31, 2009.

_____. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê. 2016.

FANON, Franz. *Black Skin, White Marks*. London: Grove Press, 1967.

FRANKENBERG, Ruth. Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse. In: _____. *White women, race masters: The social construction of whiteness*. USA: University of Minnesota. 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano*/Rio de Janeiro: Cobodó: 2020.

MESQUITA, Thiago. *Entre silenciamentos e provocações: a questão do racismo no contexto da atenção básica da saúde*. Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2019.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. *Histórias de leitura em narrativas de professoras: alternativa de formação*. Manaus: Univ. do Amazonas, 2000.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*.São Paulo: Companhia das Letras,2018.

SAMPAIO, Carmen Sanches, RIBEIRO, Tiago, SOUZA, Rafael de. *Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor?* In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs.). *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu, 2018

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. In: _____, MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Hellen Thaís; GARMS, Gilza Maria Zauhy. *Método autobiográfico e metodologia de narrativas: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores*. Anais do Congresso Nacional de Professores. Congresso

Estadual sobre Formação de Educadores. São Paulo: UNESP, PROGRAD, 2014. p. 4094-4106.

SANTOS, Nubia de Oliveira; SODRÉ, Patrícia. Meu cabelo é black e cresce forte, pra cima!: educação infantil e relações raciais. In: GÓES, Luciano (org.), *130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados*. São Paulo: D'Plácido, 2018.

SOARES, Lisandra Vieira, MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Rev. psicol. polít.* vol.17 no.39 São Paulo maio/ago. 2017.

VICTORINO, Carolina. *Racismo Institucional: O ingresso de negros e negras no universo acadêmico e o impacto em sua saúde mental*. 2018.